



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**AGRESSORES SEXUAIS DE MENORES E RECLUSÃO: ESTUDO EXPLORATÓRIO
SOBRE PERSONALIDADE, IMPULSIVIDADE E ESPONTANEIDADE**

DIANA TERESA NABAIS ANTUNES

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTOR ANTÓNIO GONZALEZ

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTOR ANTÓNIO GONZALEZ

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Prof. Doutor António Gonzalez, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

A todas as pessoas que aceitaram participar neste projeto e que assim o tornaram possível. Ao Doutor António Domingos, do E.P.L., pela sua colaboração, disponibilidade e amabilidade.

Ao António Ilhicas pela sua imensa boa vontade, por me ter aberto a porta à concretização de um projeto que considero da maior importância. Não creio que tivesse conseguido fazê-lo da mesma forma sem essa ajuda inicial e por isso estou-lhe muito grata.

Ao Professor António Gonzalez pela sua capacidade de escuta e de espera, pelas suas críticas e sugestões. Por compreender, confiar e apoiar. Pela calma que sempre me transmitiu dando-me espaço para descobrir, explorar e concretizar as minhas próprias ideias neste trabalho.

Aos meus amigos pelo companheirismo, pelos momentos de convívio e gargalhadas salutares, pela amizade e força que deram independentemente da distância física. Um especial obrigado à Ana pela partilha de ideias, palavras de incentivo e apoio, por se manter ao meu lado nestes 5 anos de caminhada conjunta. À Patrícia, velha amiga, por tudo o que vivemos, aprendemos e sofremos juntas, obrigada pela amizade permanente. Ao Samson, cunhado e amigo, pela sua paz de alma, por ser um exemplo de como viver o presente no melhor que ele nos oferece.

Ao meu querido sobrinho David por me inspirar e surpreender todos os dias, por me mostrar como simplesmente ser, pela sua enorme espontaneidade e autenticidade.

À minha irmã Ana pelo carinho e apoio dados, por todas as conversas, zangas, brincadeiras e silêncios cúmplices. Sobretudo por nunca mas nunca deixar de acreditar. Obrigada por tudo.

Aos meus pais pelo exemplo de força e resiliência, pelo amor e confiança inabalável nas minhas capacidades e valor humanos, por me ensinarem que vale sempre a pena lutar pelo que acreditamos, que tudo na vida é construção, que por ventos e marés o sonho perdura e orienta.

Por último, ao meu avô, pelas memórias, por me ter mostrado que nunca poderei perder o meu norte, que a vida é para a frente, que há sempre um sentido, que não faz mal quando não percebemos o porquê do que nos causa sofrimento, que o amor é a força maior que nos move. Sei que onde quer que estejas estás orgulhoso de mim e de coração aberto tal como me ensinaste a viver, dedico-te este momento simbólico de fecho de um ciclo e de início de outros amanhã.

- Só! – meu coração ardeu:
Ardeu em gritos dementes
Na sua paixão sombria...
E dessas horas ardentes
Ficou esta cinza fria.
- Esta pouca cinza fria.

Manuel Bandeira, in “A cinza das horas”, 1917.

*Mas a vida é uma coisa imensa, que não cabe numa
teoria, num poema, num dogma, nem mesmo no
desespero inteiro dum homem.*

Miguel Torga, in “Diário”, 1941

Resumo

Este estudo partiu da necessidade de maior compreensão dos agressores sexuais de menores e, em particular, de conhecer melhor variáveis como a personalidade, a espontaneidade e a impulsividade, bem como a influência que o estado de reclusão pode exercer nelas.

Assim, procurou-se caracterizar os agressores sexuais de menores, usando o mesmo conjunto de instrumentos igualmente noutras duas amostras, de reclusos não agressores sexuais e de não reclusos.

Participaram no estudo 90 adultos, homens da região de Lisboa, em 3 amostras independentes: 30 reclusos abusadores sexuais de menores, 30 reclusos não abusadores sexuais e 30 indivíduos em liberdade.

Como instrumentos foram usados o NEO-FFI (*Neo Five-Factor Inventory*, Costa & McCrae, 1992), o SAI-R (*Spontaneity Assessment Inventory – Revised*, Kipper, 2005); Subescala de Impulsividade do NEO-PI-R (*Neo Personality Inventory - Revised*, Costa & McCrae, 1992; Lima & Simões, 2000).

Os principais resultados obtidos mostraram que, nesta amostra, os agressores sexuais de menores são os menos espontâneos, conscienciosos e extrovertidos e os mais neuróticos. Apresentam níveis de impulsividade, abertura à experiência e amabilidade superiores aos dos não reclusos mas inferiores aos dos outros reclusos. Além disso, a espontaneidade e a impulsividade não se correlacionam e a espontaneidade é significativamente superior nos indivíduos em liberdade em comparação com o conjunto dos reclusos.

Os resultados permitiram compreender melhor as características psicológicas dos agressores sexuais de menores, bem como uma possível influência do estado de reclusão na diminuição da espontaneidade nos sujeitos, com possíveis efeitos negativos na sua saúde mental. Assim, o psicólogo clínico pode contribuir para detetar precocemente o risco de patologia dentro das prisões e ajudar a definir a abordagem interventiva mais eficaz para cada recluso, por conseguinte, prevenindo o risco de reincidência criminal após reinserção na sociedade.

Palavras-chave: Agressores Sexuais de Menores, Reclusão, Personalidade, Espontaneidade, Impulsividade.

Abstract

This study emerged from the necessity for a better understanding about child sex offenders and particularly the variables of personality, impulsiveness and spontaneity, as well as the influence that imprisonment might have on them.

Therefore, the aim was to characterize child sex offenders, using the same instruments on 2 other samples: imprisoned non-sex offenders and non-imprisoned subjects.

The participants of the study were 90 adult men from the Lisbon area, in 3 independent samples: 30 imprisoned child sex offenders, 30 imprisoned non-sex offenders and 30 non-imprisoned individuals.

The NEO-FFI (Neo Five-Factor Inventory, Costa & McCrae, 1992), the SAI-R (Spontaneity Assessment Inventory - Revised, Kipper, 2005) and the NEO-PI-R's Impulsiveness Subscale (Neo Personality Inventory - Revised, Costa & McCrae, 1992; Lima & Simões, 2000) were used as instruments.

The results showed that, for this sample, child sex offenders are the least spontaneous, conscientious, extroverted and neurotic. They also showed higher levels of agreeability, openness to experience and impulsiveness than the other imprisoned subjects. Furthermore, no correlation was found between spontaneity and impulsiveness. It was also possible to verify significantly higher spontaneity in non-imprisoned individuals compared to imprisoned ones.

These results contributed to a better understanding about the personality features of child sex offenders, as well as a possible negative influence of imprisonment in spontaneity and, therefore, in the subject's mental health. Hence, clinical psychologists may contribute to an improved detection of psychopathological risk within prisons and help define the most appropriate approach for each individual. Consequently, this might reduce the risk of re-offending after their return to society.

Keywords: Child Sex Offenders, Imprisonment, Personality, Spontaneity, Impulsiveness.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA	5
2.1. Agressores sexuais de menores	6
2.2. Situação de reclusão	9
2.3. Personalidade no adulto	11
2.4. Impulsividade	14
2.5. Espontaneidade	15
3. SECÇÃO EMPÍRICA	17
3.1. Método	17
3.1.1. Tipo de estudo	17
3.1.2. Participantes.....	18
3.1.3. Variável independente	19
3.1.4. Variáveis dependentes/medidas	19
3.1.5. Instrumentos	20
3.1.6. Procedimentos	22
3.2. Resultados	25

3.2.1. Análise descritiva.....	25
3.2.2. Análise exploratória - Teste de hipóteses	27
4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	33
4.1. Limitações	37
4.2. Reflexão final	39
5. REFERÊNCIAS	41
6. ANEXOS	46
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	47
ANEXO B – COMPLEMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 5 domínios da personalidade para diferentes autores do séc. XX.....	11
Tabela 2 - Análise descritiva das variáveis <i>idade e habilitações literárias</i>	19
Tabela 3 - Resultados do SAI-R, da subescala de Impulsividade e dos 5 domínios do NEO-FFI, por grupo amostral.	26
Tabela 4 - Resultados do teste <i>post hoc de Scheffé</i> com significância estatística.	28
Tabela 5 - Resultados do <i>Anova one-way</i> para a hipótese 1.2.....	30
Tabela 6 - Resultados do <i>Anova one-way</i> para a hipótese 1.3.....	31
Tabela 7 - Resultados de correlação entre impulsividade e espontaneidade.	31
Tabela 8 – Correlações significativas entre variáveis.	32

1. Introdução

O abuso sexual de menores é um fenómeno transversal a tempos, lugares, culturas e estatutos socioeconómicos, presente nos diversos quadrantes da sociedade portuguesa. Em cada abuso sexual de um menor é roubado à vítima o seu direito legítimo, incontornável e inestimável de ser criança, é usurpado o seu direito à liberdade e autodeterminação sexual. As vítimas deste tipo de crime veem-se impedidas de retornar a um estado de inocência natural uma vez que lhes é deturpado e confundido todo um universo de significações e vivências vitais a um processo de desenvolvimento saudável. Numa abordagem centrada na vítima para a deteção de abuso sexual de menores vários autores identificam na criança abusada tanto sintomas de carácter sexual como não sexual (e.g. Faller, 1990; Berliner & Elliot, 2002; Félix, 2003).

Assim, os indicadores sexuais sintomáticos podem ser comportamentais ou de conhecimentos (Faller, 1990; Berliner & Elliot, 2002).

Exemplos de comportamentos sintomáticos: masturbação compulsiva; interação sexual exacerbada com os pares; agressão sexual de crianças mais novas ou mais “ingénuas”; avanços sexuais em relação a pessoas mais velhas; promiscuidade, mais comum na adolescência; tentativas de sedução consciente ou inconsciente fruto de aprendizagem pela interação com o abusador. Os estudos apontam para uma maior expressão de comportamentos sexuais nas crianças abusadas sexualmente relativamente a outras crianças, mesmo as maltratadas fisicamente ou com outros problemas psicológicos.

Exemplos de conhecimentos anormais: a criança saber mais sobre sexualidade do que o expectável para a fase de desenvolvimento psicosssexual em que se encontra (sobretudo em crianças mais novas); a exposição a pornografia ser para a criança algo de normal; a criança mostrar possuir conhecimentos demasiado específicos para serem ignorados como sinais de alerta, por exemplo se fala acerca do sabor do sémen, de como é sentida a penetração anal, vaginal ou sexo oral; se a criança verbaliza explicitamente que foi abusada sexualmente, tal deverá ser valorizado e alvo de análise cuidadosa.

Os indicadores não sexuais são expressões sintomáticas que muitas vezes se confundem com respostas a outras experiências potencialmente traumáticas (divórcio dos pais, violência física destituída de cariz sexual, nascimento de um irmão...). Este tipo de sintomas pode ser

dividido em 4 categorias: perturbações funcionais, problemas emocionais, manifestações comportamentais e dificuldades escolares.

Segundo Faller (1990), as disfunções funcionais podem ser problemas de sono, de controlo esfíncteriano (enureses, encopreses) e de alimentação (anorexia, compulsão alimentar, obesidade, bulimia).

Os problemas emocionais mais comuns são: depressão, ansiedade, hiperatividade, mudanças bruscas de humor, baixa autoestima, fobias diversas, irritabilidade, isolamento e dificuldades relacionais e de integração social (Berliner & Elliot, 2002).

Os sintomas comportamentais mais apontados são (Faller, 1990; Morais, 2001; Berliner & Elliot, 2002): tendência para comportamentos violentos e agressivos, tanto em relação a crianças mais novas como indivíduos mais velhos e da família (pais, avós); tendências suicidárias, alcoolismo, toxicodependência, comportamentos de risco e delinquência. Além disso, podem apresentar sintomas específicos de diagnóstico de *stress* pós-traumático (PTSD) como conduta evitante, embotamento emocional e hiperexcitabilidade. O fato de não confiarem no meio envolvente e tenderem a distanciar-se das outras crianças por se acharem diferentes e terem um autoconceito desvalorizado revelam também mais dificuldades ao nível da integração social (Mannarino & Cohen, 1996; Mannarino, Cohen & Berman, 1994; Stern et al., 1995; conforme Berliner & Elliot, 2002).

Quanto à última categoria de indicadores não sexuais, as dificuldades escolares, estas relacionam-se comumente com um desenvolvimento cognitivo comprometido, atrasos no desenvolvimento da linguagem, no controlo motor geral e na motricidade fina, dificuldades de concentração e insucesso escolar (Faller, 1990).

Além dos indicadores sexuais e não sexuais, há crianças que aparentemente não apresentam qualquer espécie de sintoma que sugira a ocorrência de abuso sexual, o que sucede em muitos casos (Félix, 2003). Num estudo realizado em 1988 por Conte e Berliner (conforme Faller, 1990) concluiu-se que cerca de 21% das crianças vítimas de abuso sexual se enquadravam na categoria de crianças assintomáticas. Possivelmente estes sinais existem mas são mal interpretados ou negados por quem os observa (educadores, família, profissionais de saúde) ou são demasiado subtis para serem identificados. Além disso, a criança pode fazer os possíveis por encobrir a verdade por sentir medo, vergonha ou culpa, algo bastante frequente e típico do secretismo da vitimização sexual (Félix, 2003). Por último, os sintomas podem

surgir mais tarde no desenvolvimento e assim não serem detetados na altura das agressões sexuais.

Os efeitos a longo termo dependem das especificidades de cada caso mas muitas crianças e adolescentes começam a expressar, mantêm ou agravam sintomas oriundos dessas experiências anteriores. De acordo com estudos como os de Tebbutt, Swanston, Oates e O'Toole (1997, conforme Berliner & Elliot, 2002), pelo menos 50% das crianças abusadas manifestam na adultícia quadros psicopatológicos relacionados com essas vivências: ansiedade crónica, *stress* pós-traumático, depressão *major*, mecanismos de *coping* ineficazes e problemas no estabelecimento de relações interpessoais e de intimidade. As consequências a médio e longo prazo dependem de fatores mediadores relacionados com as características dos abusos como a sua duração, frequência e proximidade entre vítima e agressor.

A fim de detetar precocemente os sinais de risco e assegurar a proteção das vítimas é crucial que a comunidade possa mobilizar-se e agir de forma preventiva. Neste âmbito o papel do psicólogo clínico é muito importante e insubstituível porque a sua formação profissional o habilita a atender às inúmeras exigências da avaliação psicológica, tendo em conta a variabilidade de manifestações quer do lado da vítima quer do lado do agressor.

O caso dos agressores sexuais de menores requer uma avaliação clínica específica (Gonçalves, 2003; Ross, 2003). Ao mesmo tempo que tenta compreender a singularidade do outro, o psicólogo clínico não deixa de analisar alguns aspetos particularmente importantes nestes casos: o abuso de substâncias, a agressividade, a existência de disfunções orgânicas, sexuais e cognitivas, a perigosidade e risco de condutas violentas, a existência de parafilias e psicopatia e a possibilidade tratamento e de recuperação.

Também se tem verificado elevada taxa de reincidência criminal e ineficácia dos programas de intervenção que se tentaram implementar no seio das instituições prisionais (Gonçalves, 2005; Gonçalves & Vieira, H., 1992; Gonçalves & Viera, S.,2005; Lopez-Coira, 1992; Moreira, 1994). Uma visão mais completa e abrangente do problema através da partilha de conhecimentos multidisciplinares pode contribuir para tornar mais efetivos e eficazes esses projetos interventivos, a recuperação e a reinserção social dos criminosos. Aprofundar o conhecimento sobre o seu modo de funcionamento psíquico e características personológicas viabiliza uma intervenção precoce de maior qualidade para proteção da vítima.

A pertinência da presente investigação advém, em primeiro lugar, da necessidade de maior compreensão no plano da caracterização psicológica dos agressores sexuais de menores. Para tal impõe-se outra necessidade: a de maior compreensão sobre os próprios constructos de personalidade, espontaneidade e impulsividade e sobre a influência que o estado de reclusão pode exercer neles.

O objetivo geral é realizar uma análise comparativa dos níveis de impulsividade, de espontaneidade e de traços de personalidade entre 3 grupos: reclusos abusadores sexuais de menores, reclusos não abusadores sexuais e indivíduos em liberdade, todos adultos do sexo masculino.

Os objetivos específicos do trabalho são:

- 1) Comparar os níveis de impulsividade, de espontaneidade e de 5 domínios da personalidade – neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, conscienciosidade e amabilidade – entre três grupos amostrais independentes: reclusos abusadores sexuais de menores, reclusos não abusadores sexuais e indivíduos em liberdade.
- 2) Perceber a influência da condição de reclusão nos aspetos referidos.
- 3) Aprofundar o conhecimento sobre os agressores sexuais de menores através da caracterização de uma amostra e de uma análise comparativa em relação aos restantes participantes no que concerne aos seus níveis de impulsividade, de espontaneidade e dos cinco traços gerais da personalidade indicados no primeiro ponto.
- 4) Perceber se existem correlações entre diferentes medidas, nomeadamente entre impulsividade e espontaneidade, e em que sentido elas se verificam.
- 5) Contribuir para o processo de aferição e validação da escala SAI-R (Kipper, 2005) e da escala NEO-FFI (Costa & McCrae, 1992) para a população portuguesa, que está a ser levado a cabo por António Gonzalez e colaboradores.

2. Revisão de Literatura

Ainda nos dias de hoje permanece a questão do que é afinal um comportamento sexual normal, de como se pode destringir o normal do patológico neste campo. De acordo com Fuller (2001), a literatura fornece-nos diferentes perspectivas com critérios classificatórios distintos para essa determinação. Critérios tão diversos como: culturais – condutas aceitáveis/toleráveis *versus* inaceitáveis/interditas no seio de dada matriz cultural; religiosos – crenças e pressupostos duma religião quanto aos comportamentos proibidos e permitidos; estatísticos – em que normal é aquele comportamento que prevalece em relação a outros numa dada população (valores de referência e desvios em relação ao normativo); subjetivos – aquilo que cada pessoa considera ser normal ou não relativamente ao seu comportamento sexual e ao dos outros (influência da história de vida, educação, experiências pessoais). De fato, parece não existir um critério universal para a delimitação e definição do que é uma sexualidade normal.

Segundo a American Psychological Association (A.P.A) em 2007 (p.844), o abuso sexual consiste na violação ou exploração de outrem pela sexualidade, sendo que o abuso sexual de menores inclui todo o contato sexual entre adultos e crianças, mesmo em contexto familiar ou de relação de confiança extrafamiliar. Quando o comportamento sexual é de um adulto em relação a um menor denomina-se de agressão sexual de menores (A.P.A., p. 167). Já Nodin (2002, p.19) define o abuso sexual como qualquer comportamento no sentido de explorar sexualmente outra pessoa. Inclui nesta categoria o incesto e a pedofilia, situações em que um adulto abusa de um menor que está naturalmente numa posição de maior vulnerabilidade, não podendo assim contestar ou recusar as investidas sugeridas ou até impostas pelo adulto.

Segundo Holmes (1991, conforme Fuller, 2001) o pedófilo é alguém que pode ser ou não um agressor sexual e esta distinção é importante. É alguém que pode usar ou forçar menores a fim de obter gratificação sexual, podendo passar ou não ao ato sexual com contato físico. Geralmente as vítimas são pré-pubescentes e os crimes sexuais com maior prevalência na população americana são o incesto e o abuso sexual. Para Félix (2003) o pedófilo é o adulto (homem ou mulher) que se sente atraído por crianças (normalmente de 13 anos ou menos) e que tem impulsos e fantasias sexuais que perduram por pelo menos 6 meses (tal como descrito no DSM-III-R de 1993). A pedofilia tem várias manifestações possíveis, desde despir a vítima para a observar, a exibição do pedófilo ele próprio, masturbando-se ou não na sua presença, tocar-lhe e fazer carícias, passando por obrigar a vítima a assistir com ele a material

pornográfico, até usar a sua força física para perpetrar sexo oral, anal ou vaginal, podendo forçar a penetração com as mãos e/ou objetos.

Existem diversos dados estatísticos, e as taxas de prevalência do crime de abuso sexual de menores varia de autor para autor, conforme o critério classificatório adotado e o contexto sociocultural e jurídico-legal em questão. Grimes (2001) refere que, em termos gerais, cerca de 92 % dos abusadores são do sexo masculino e do meio intrafamiliar (61%) e que a sua idade se situa sobretudo na faixa dos 15 aos 45 anos de idade. Acrescenta que as vítimas preferenciais do agressor masculino são meninas (97%) mas que não são de ignorar os muitos casos em que a vítima é também do sexo masculino (79%).

2.1. Agressores sexuais de menores

Por que é que há adultos que abusam sexualmente de crianças? Esta é uma questão de difícil resposta uma vez que o comportamento dos agressores sexuais de menores não tem uma origem única e bem definida. Pelo contrário, ele é fruto de uma multiplicidade de fatores interligados e que se influenciam mutuamente, havendo uma larga amplitude de transformações e (re) atualizações dinâmicas no universo psíquico do sujeito donde se expressam esses comportamentos (Feelgood & Hoyer, 2008; Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy, & Barros, 2009).

Para perceber o que leva alguém a abusar sexualmente de uma criança ou adolescente, Faller (1990) apresenta um modelo explanatório que congrega predisposições (ou “causas como pré-requisitos”, p.62) e fatores contributivos. Como pré-requisitos o adulto tem de obter gratificação sexual com crianças, sejam elas usadas como objeto sexual primário, como um dos objetos sexuais ou como objeto circunstancial/casual. Além disso o abusador revela uma predisposição para fazer passagens ao ato aquando do estado de excitação, por pensamentos ou crenças erróneas e deficiências ou mesmo lacunas superegógicas que diminuem a inibição e o controlo de impulsos. Como fatores contributivos, referidos também por Gonçalves (2003) e Prentky e colaboradores (1989), Faller aponta sete fundamentais: experiências de infância, fatores culturais, relações frágeis com outros adultos, características do parceiro escolhido, fatores ambientais, fatores relacionados com a criança e fantasias (e.g., de atividades sexuais com crianças; o papel das fantasias no abuso sexual de menores é o mais complexo). Segundo este modelo teórico, para que a passagem ao ato ocorra não é necessária a presença dos fatores contributivos, embora estejam comumente associados. Estes por si só não levam à

agressão sexual mas podem potencializar os pré-requisitos mencionados ou até estar na base do seu aparecimento – “*The offender must experience sexual arousal to a child for him to consider the option of sex with a child, and he must have an inadequate level of inhibitions so that he chooses to act*” (p.63). Por último, quanto maior for a interação sexual com a(s) criança(s) pelo agressor, maior a probabilidade de aumentar os níveis de excitação face ao ato e de reduzir as inibições de passagem ao ato. O aspeto da extensividade do envolvimento sexual do agressor com a vítima também aumenta a resistência a eventuais tratamentos futuros e a probabilidade de reincidir.

Para Félix (2003) o abuso sexual de menores sucede porque existe uma incapacidade por parte do agressor de estabelecer relações sexualmente satisfatórias com outros adultos. Muitas vezes são indivíduos casados que apresentam disfunções sexuais como impotência/disfunção erétil ou desempenho pobre. Muitos também têm problemas de abuso de drogas e álcool. A criança é para eles mais fácil de impressionar, cativar e seduzir do que um adulto. Ela também pode representar para o agressor pedófilo a sua própria juventude perdida, num movimento narcísico de procura de um Eu infantil idealizado ou real mas perdido. Alguns agressores foram também vítimas na infância ou adolescência, podendo dar-se o fenómeno de identificação ao agressor que os leva a assumir esse papel de domínio sobre um outro mais frágil para reparar a ferida narcísica deixada pelos abusos outrora sofridos. Também se observa nos pedófilos agressores uma maior incidência de perturbações *borderline* e de personalidade dependente e evitante. Geralmente são vistas pelos outros como pessoas tímidas, reservadas, sensíveis, com tendência para a solidão e humor disfórico.

Balier (2000) referiu a multiplicidade de tipologias de agressores sexuais em diferentes correntes teóricas da psicologia. O autor propôs em 1997 uma compreensão da dinâmica de funcionamento mental destes agressores fazendo uma distinção entre manifestações contingentes (isoladas ou ocasionais) e prevalentes (repetitivas, usualmente designadas de perversões). A avaliação da perversão nos agressores sexuais deve focar 6 dimensões básicas, de acordo com Ross (2003): identificar a estrutura perversa inconsciente que está em funcionamento; perceber até que ponto a perversão é sexualmente excitante para o agressor; avaliar a presença e intensidade de agressividade, sadismo, violência e fantasias; explorar a prevalência da perversão na vida do sujeito, de que forma ela domina o seu quotidiano; descobrir em que medida o sujeito está consciente da sua perversão; por fim, avaliar a capacidade e motivação para a mudança e para o estabelecimento de uma aliança terapêutica sem as quais um eventual processo psicoterapêutico se torna inviável.

Para Gonçalves (2003) os agressores sexuais podem apresentar comorbilidades diversificadas (toxicodependência, psicoses, doenças orgânicas que afetam o SNC) e têm tendência para a dependência, ansiedade, depressão e baixa autoestima. Mas distinguem-se de outros criminosos fundamentalmente por três razões: dificuldade em controlar a sua conduta (impulsividade), em avaliá-la de forma realista (por distorções cognitivas, crenças errôneas, negação), e pela grande probabilidade não apercebida pelo próprio de reincidir. Estas dificuldades estão integradas no seu carácter e não são portanto meramente situacionais ou temporárias. Por isso o tratamento deve focar-se na prevenção de novas passagens ao ato, no aumento dos processos inibitórios das tendências comportamentais desviantes, no sentido da autorresponsabilização e consciencialização, com a ajuda de uma rede social de suporte.

No que diz respeito à passagem ao ato nos sujeitos sexualmente perversos, Ross (2003) acrescenta que esses pacientes agem sobre os seus estados internos, havendo uma falha ao nível dos processos de simbolização e elaboração psíquicos. A impulsividade surge com maior facilidade neste tipo de pacientes durante as sessões terapêuticas. Além disso existe uma tendência global para usar um falso *self* nas suas relações interpessoais, incluindo as que mantém com figuras de autoridade e também com o terapeuta. Esta máscara é usada para erotizar a relação terapêutica, para seduzir e agradar ao outro com vista à manipulação. No entanto, a manipulação funciona quer no plano consciente quer no mais inconsciente. Ela expressa-se através de uma negação comportamental, verbal e não-verbal patente nos movimentos transferenciais: o paciente pode reduzir, neutralizar, exagerar ou substituir por outra a expressão da emoção verdadeira, encobrindo-a.

A dificuldade em identificar, avaliar e proceder à detenção e julgamento criminal dos agressores sexuais de menores também reside na noção coletiva de que estas pessoas se encontram geralmente bem inseridas na sociedade. Revelam aptidões que lhes permitem permanecer e movimentar-se no seu meio sociocultural sem que aparentem indícios de psicopatologia ou qualquer desvio propício a suscitar suspeita na comunidade. Esta facilidade de adaptação às normas sociais, de colagem ao normativo, representa um obstáculo também ao nível da possibilidade de uma recuperação real, durante e após o cumprimento das medidas legais que lhes foram impostas. Em contexto presidiário o seu bom comportamento e adaptação às regras do regime prisional facilitam o acesso, por exemplo, a saídas precárias e medidas de liberdade condicional (Gonçalves, 1999, 2005).

2.2. Situação de reclusão

A forma como o presidiário se adapta ao meio prisional é o produto de diversos aspetos que se interligam e influenciam mutuamente (Gonçalves, 1999; Lopez-Coira, 1992; Moreira, 1994). Assim, a adaptação depende do contexto institucional, das características de personalidade e funcionamento psíquico do recluso e das relações que estabelece com os múltiplos agentes do universo prisional (colegas de cela, funcionários, autoridades legais, etc.). Além disso, a duração e especificidades de cada regime penal são fatores a considerar como possíveis influenciadores na modificação de comportamentos, posturas e atitudes face à realidade carcerária (e.g., possibilidade de participar em atividades lúdicas, ter acesso a regalias internas, saídas precárias e liberdade condicional).

A reação e adaptação ao regime penitenciário variam de sujeito para sujeito. Esta variabilidade pode ser compreendida segundo uma visão integradora de diferentes áreas do conhecimento social e humano (Gonçalves, 1999). Nesta ótica consideram-se os contributos da psicologia clínica, social, ambiental (interações do sujeito com o meio físico envolvente), das teorias sistémicas (sendo a prisão entendida como um sistema aberto, com trocas de energia, informações e materiais), da sociologia (dinâmicas de grupo na prisão, por exemplo o calão, o culto do físico e das tatuagens), da antropologia sociocultural (subcultura prisional, as consequências das “instituições totais” de Goffman no ser humano).

De fato, é interessante pensar como universos à partida tão diferentes como os hospitais psiquiátricos, os conventos e os estabelecimentos prisionais tenham tanto em comum. Descritos por Goffman (1999) como instituições totais, todos eles se caracterizam pelo seu fechamento ao mundo exterior, havendo uma barreira física, psicológica e social bem demarcada entre o mundo dentro e fora dessas instituições. Internados, prisioneiros e solitários devotos a Deus, veem o seu *Self* anterior ao confinamento sofrer transformações debilitantes, de mortificação e de embotamento das possibilidades de autorresponsabilização e de liberdade de escolha. As autoridades prisionais pressionam no sentido da adoção de um autoconceito global (social e pessoal) determinado pela adaptação às regras institucionais. Por essa via impede-se os presos de utilizarem plenamente as suas capacidades criativas no sentido de desenvolverem todo o seu potencial social e humano.

Os tempos dentro destas instituições concentracionárias são organizados rigidamente, todas as atividades são programadas ao pormenor e sem grande lugar para a expressão e desenvolvimento pessoais (Lopez-Coira, 1992; Moreira, 1994). Existe a ideia por parte dos

prisioneiros de que assim que começam a cumprir pena entram num certo estado de hibernação em que lhes é retirada toda a sua subjetividade e o direito a expressarem uma personalidade para passarem a ser só um número. Para agradar e obter com isso algumas regalias ao nível interno ou maior acessibilidade a saídas precárias, tendem a aderir passivamente aos modelos e regras penitenciárias.

Segundo alguns testemunhos de reclusos descritos por Moreira (p.122): é como “deixar de ser pessoa”, há um sentimento de impotência e de humilhação logo na entrada aquando do “registo antropométrico”. O isolamento causado pela cela é descrito por muitos como um “espaço de sofrimento” e torna-se pior em caso de sobrelotação, como descreve um recluso, “a cela é pequena para um, agora com dois, mais camas e sacos, torna-se um inferno” (p.123). Mais ainda, sentem que o tempo “custa a passar, é triste e faz sentir uma grande solidão”, o que por vezes os faz perder a “noção da realidade”.

Algumas patologias da adaptação à prisão são referidas por Gonçalves (1999). O autor relaciona-as com a forma como o recluso vivencia todo um conjunto de situações e condições decorrentes das medidas jurídico-legais implementadas e das experiências do quotidiano prisional. Os distúrbios mais comumente relacionados com o estado de reclusão são estados ansiosos e depressivos do tipo reativo. Podem surgir em concomitância com desajustes comportamentais, manifestações psicossomáticas e hipocondríacas. As perturbações ansiosas tendem a desencadear reações abruptas e violentas, de auto e heteroagressão. As perturbações de tonalidade mais depressiva parecem potenciar a possibilidade de descompensação psicótica, de alterações no autoconceito e imagem de si com diminuição da autoestima, de entrar em registos delirantes, fóbicos, paranoides, esquizoides e antissociais, podendo, em casos extremos conduzir a tentativas de suicídio (Moreira, 2008).

No caso particular dos reclusos abusadores sexuais de menores, Baron-Laforêt (2000) afirma que estes são tratados de forma particular pelo resto dos presos. Assim, são alvo de extorsão, violência física e psicológica, incluindo agressão sexual com o propósito de os colocar no lugar das suas vítimas. Este é um dos motivos para que haja uma separação física entre os reclusos com cadastro de agressão sexual e os outros, sendo postos em diferentes alas das instituições prisionais. A rejeição pelos outros presidiários pode aumentar sentimentos de isolamento, humilhação e tristeza, dificultando a integração no meio interno institucional com redução dos níveis de sociabilidade. Em casos extremos pode levar a descompensações psicóticas com perda da noção da realidade.

2.3. Personalidade no adulto

O estudo da personalidade na adultícia é algo complexo. Desde o início do século passado até aos dias de hoje surgiram diversas perspetivas sobre o conceito de personalidade, tendo sido elaboradas diferentes teorias. A personalidade enquanto objeto de estudo é de difícil definição e operacionalização, não havendo um consenso entre autores. As divergências devem-se sobretudo (conforme Lima, 1997; Lima & Simões, 1997) a diferenças entre autores no que concerne ao peso relativo dos diferentes aspetos da personalidade do adulto, o que condiciona a conceptualização, abordagem teórica e metodológica/empírica e a própria forma de avaliar o constructo. No séc. XX a discussão ficou marcada pela dicotomia traço/predisposição/inato *versus* aprendizagem/cognição/social, surgindo depois o interacionismo como perspetiva teórica integradora na tentativa de resolução dessa clivagem na comunidade científica.

Com o surgimento da teoria dos “*Big Five*” foi possível relacionar e integrar diferentes visões e áreas de estudo da psicologia permitindo maior consenso científico. Esta teoria considera a personalidade como um conjunto de traços e processos dinâmicos que exercem influência nos processos psicológicos da pessoa e identifica cinco fatores-chave ou traços gerais para a sua caracterização (John, 1990). Se o número de dimensões básicas da personalidade conseguiu reunir maior consenso já a sua nomenclatura não, como se observa na tabela 1 (adaptada de John, 1990, p.72).

Tabela 1 - Os 5 domínios da personalidade para diferentes autores do séc. XX.

Investigador	I	II	III	IV	V
Fiske (1949)	Confiança na autoexpressão	Adaptabilidade social	Conformidade	Controlo emocional	Curiosidade intelectual
Tupes & Christal (1961)	<i>Surgency</i> (→extroversão)	Amabilidade	Digno de confiança	Estabilidade emocional	Cultura
Norman (1963)	<i>Surgency</i> (→extroversão)	Amabilidade	Conscienciosidade	Estabilidade emocional	Cultura
Borgatta (1964)	Assertividade	Agradabilidade	Interesse na tarefa	Emotividade	Inteligência
Goldberg (1981,1989)	<i>Surgency</i> (→extroversão)	Amabilidade	Conscienciosidade	Estabilidade emocional	Intelecto
McCrae & Costa (1985)	Extroversão	Amabilidade	Conscienciosidade	Neuroticismo	Abertura à experiência
Conley (1985)	Extroversão social	Amabilidade	Controlo de impulsos	Neuroticismo	Interesses intelectuais
Peabody & Goldberg (1989)	Poder	Amor	Trabalho	Afectibilidade	Intelecto

Uma das propostas mais aceites surgiu nos E.U.A. impulsionada e estabelecida por Costa e McCrae (1985). Os 5 domínios gerais da personalidade apresentados pelos autores resultam da convergência de duas vias de estudo e conceptualização do constructo distintas até então: abordagem lexical e abordagem assente nos questionários. Sem renegar os contributos que a análise da linguagem natural forneceu para a identificação dos grandes fatores (abordagem lexical), o FFM de Costa e McCrae (1985) preconiza uma perspetiva baseada no estudo empírico de questionários de auto e heteroavaliação, facilitando a análise do constructo por meio de metodologia psicométrica (Lima, 1997; Lima & Simões, 2000a, 2000b; Costa & McCrae, 1992). As 5 dimensões básicas e essenciais identificadas para o estudo da personalidade do adulto são, segundo os autores, culturalmente transversais, congregam variados quadros de referência teóricos e conseguem atender às diferenças individuais por serem fruto do agrupamento de traços e facetas que se interligam de modo particular em cada sujeito.

Os traços definem-se como constructos estáveis e presentes ao longo da vida repercutindo-se nos sentimentos, pensamentos e comportamentos humanos e são assim uma boa base teórica para o estudo da personalidade mesmo em culturas distintas. De fato o modelo proposto permitiu uma maior organização e sistematização da investigação e por conseguinte uma melhor compreensão do desenvolvimento, caracterização, avaliação e estabilidade da personalidade. É o FFM que subjaz a construção dos instrumentos de avaliação psicométrica utilizados no presente estudo e que operacionalizam esse mesmo modelo (NEO-PI-R e NEO-FFI, versão reduzida do primeiro).

Postulados do “*Five-Factor Theory of Personality*” (McCrae & Costa, 1996):

- 1) Tendências básicas: individualidade, origem, desenvolvimento e estrutura.
- 2) Adaptações características: adaptação, má adaptação e plasticidade.
- 3) Biografia objetiva: multideterminação e curso de vida.
- 4) Autoconceito: auto esquema e percepção seletiva.
- 5) Influências externas: interação, percepção e reciprocidade.
- 6) Processos dinâmicos: dinâmica universal e dinâmica diferencial.

Lima (1997) afirma que “a fundamentação empírica e estatística do modelo parece ser suficiente para o adotar, nem que seja, como uma ferramenta, um contexto, para a descrição compreensiva da personalidade” (p.100). Assim o NEO-PI-R e também o NEO-FFI permitem descrever a pessoa pela forma como esta se inscreve nos 5 fatores e assim obter um quadro geral compreensivo do seu perfil personológico.

Contudo, no campo da investigação por meio de inventários de personalidade de autorrelato ou autoavaliação/percepção, a avaliação psicológica encontra vários obstáculos. Destaca-se aqui o fenómeno de desejabilidade social por ser considerado um dos mais importantes (Salgado, 1996). De fato, existe a possibilidade de os inquiridos mentirem nas suas respostas para corresponderem àquilo que pensam que se espera deles naquele momento. As respostas enviesadas podem surgir por necessidade de aprovação e aceitação grupal ou de integração num contexto sociocultural, para se enquadrarem no que considerem mais desejável ou normal. Mas também podem dever-se à negação de certos aspetos da sua realidade pessoal havendo uma tendência para se retratarem mais positivamente apresentando uma imagem de “ego ideal”. Trata-se de uma mentira a si próprios por falta de capacidade de insight e situa-se portanto num plano mais inconsciente de funcionamento psíquico.

De qualquer forma, ambos os aspetos referidos - mentira não consciente e mentira consciente como forma de manipulação para obter alguma espécie de recompensa externa – devem ser tidos em conta como eventuais fatores de enviesamento dos resultados nos questionários de avaliação psicométrica, como são os utilizados neste trabalho. A desejabilidade social consiste pois numa das ameaças à validade e fiabilidade desses instrumentos (Anastasi & Urbina, 2000).

2.4. Impulsividade

Impulsividade é a disposição para comportamentos descontrolados, súbitos, irracionais e inesperados (Dorot & Parot, 2001). No adulto pode tornar-se num traço de carácter e de comportamento, podendo restringir-se a determinado tipo de condutas ou ser global e indiscriminado. A impulsividade pode tornar-se perigosa se houver passagem ao ato. A carga afetiva que acarreta é sentida como extremamente intensa no sentido de satisfazer uma necessidade vivenciada como algo de impreterível. Na teoria da impulsão está patente a ideia de que a impulsividade impede a atividade voluntária no ato impulsivo e neste sentido bloqueia a livre escolha e liberdade individuais. A impulsividade como traço de personalidade pode dever-se a falhas nos processos de simbolização e elaboração de conteúdos psíquicos que assim não são passíveis de serem pensados e tolerados pelo sujeito. O ato impulsivo é um agir sobre algo que ainda não se tornou representável simbolicamente no mundo interno.

Do ponto de vista psicométrico, a impulsividade enquanto estado-traço correlaciona-se significativa e positivamente com a agressividade reativa e irrefletida, com *deficits* ao nível da inibição comportamental e com a incapacidade de adiar a gratificação e de resistir a tentações. Estes foram os resultados do estudo de Dolan e Fullam (2004) numa população de agressores encarcerados e diagnosticados na sua maioria com distúrbio de personalidade antissocial.

De acordo com a descrição de Costa e McCrae (1989, 1992) e Lima e Simões (1997, 2000a), a impulsividade é uma das seis facetas do neuroticismo e pode ser descrita como uma incapacidade do indivíduo de controlar e resistir a tentações, podendo arrepende-se disso mais tarde. Pessoas com elevados níveis de impulsividade têm menor tolerância à frustração. Os autores defendem que a impulsividade, enquanto conceito e objeto de estudo, não deve ser confundida com a espontaneidade nem com a decisão rápida e o arriscar. Estas características foram identificadas nos agressores sexuais de menores, tal como descrito na subsecção anterior sobre esse tipo de conduta criminal (e.g. Faller, 1990; Félix, 2002; Gonçalves, 2003, 2005, Prentky et al, 1989; Ross, 2003).

O agir impulsivamente é um agir rápido e no momento tal como o agir espontaneamente, mas são manifestações que não devem ser confundidas porque têm origens diferentes (Kipper, Green e Prorak, 2010). Pois se a impulsividade emerge da ansiedade e do medo já a espontaneidade surge como resultado de estados elevados de autoconsciência e reflexão.

2.5. Espontaneidade

A espontaneidade é a força impulsionadora dos processos criativos, uma conjugação de aspetos atitudinais, comportamentais e de capacidade para improvisar de modo adaptativo perante situações novas e de criar vias de resposta alternativas face a situações já conhecidas (Blatner e Cukier, 2007; Moreno, 1966/1974). Esta propensão para reagir positiva e construtivamente às necessidades que o momento presente impõe, pondo em ação recursos internos mobilizadores de processos dinâmicos, intuitivos e imaginativos, permite à pessoa responder adequadamente a essas experiências (novas ou velhas). A espontaneidade relaciona-se com a liberdade no plano intrapsíquico e dessa forma com a flexibilidade e plasticidade de mecanismos e recursos internos, tornando-os funcionantes e operantes. Tal é essencial para um ser e estar na vida saudáveis e produtivos/proactivos. Falhas a este nível podem estar na base de diversos bloqueios, dissonâncias, regressões e fixações a padrões de relacionamento antigos. Estas lacunas podem propiciar a emergência de patologias psíquicas e sociais nas múltiplas e complexas manifestações. Nesta lógica, a espontaneidade revela-se uma ferramenta importante na prevenção da psicopatologia, na redução das angústias da pessoa (Doron & Parot, 2001). Ao aumentar a criatividade traz novas vias de resolução de problemas e respostas alternativas a uma postura meramente conformista às “conservas culturais” (Moreno, 1966/1974). Segundo Moreno o primeiro ato espontâneo na vida é o nascimento, depois a espontaneidade é como um lugar para o surgimento do Eu (o nascimento do Si) e mais tarde serve de matriz para todo o encontro da pessoa com uma outra (base para o modo como nos relacionamos com o outro).

Também para Meyer (1941/1974) a espontaneidade tem uma origem natural no ser humano, existindo como função inerente à vida e fazendo naturalmente parte do funcionamento da personalidade de cada um. Pode estar ou não operante e funcional, mais ou menos desenvolvida, mas integra a condição humana. A emergência do ato espontâneo implica um propósito, uma vontade, logo não é involuntário pois orienta-se para um objetivo (“espontaneidade disciplinada e equilibrada”, p. 139). Assenta, sem rigidez, num autêntico sentido de responsabilidade pessoal, consciente e natural em si mesmo. Seguindo esta lógica, a espontaneidade pode ser encarada como detentora de um carácter estável e ao mesmo tempo dinâmico. Está relacionada diretamente com a capacidade da pessoa para usar as suas capacidades rumo à concretização do seu potencial de desenvolvimento humano. Espontaneidade requer plasticidade na adequação à realidade concreta, poder vislumbrar

possibilidades alternativas de forma congruente com as situações. É preciso à partida haver segurança, moral e estabilidade interiores para a exploração do ambiente contextual e situacional.

Kipper e Shemer (2007) encontraram uma correlação positiva entre espontaneidade e bem-estar psicológico e correlação negativa entre espontaneidade e *stress*. Além disso, Kipper e Hundal (2005) verificaram existir uma correlação positiva entre os níveis de espontaneidade e os de sociabilidade, jovialidade, autoestima, estabilidade emocional e felicidade. Todos estes resultados reforçam empiricamente uma das proposições teóricas fundamentais da teoria moreniana: a ligação estreita entre espontaneidade e saúde mental na pessoa.

O desenvolvimento da espontaneidade requer, para Meyer (1941/1974), duas condições: liberdade e responsabilidade, uma só não é suficiente para a expressão espontânea. Neste sentido, a espontaneidade será um conceito distinto do da impulsividade (destituída de responsabilidade). No caso das prisões poderemos assistir à repressão da liberdade individual o que pode propiciar a perda de perspetiva de criação e inovação no indivíduo.

3. Secção Empírica

A fim de alcançar os objetivos propostos no início deste trabalho e tendo em consideração as informações relevadas ao longo do enquadramento teórico proceder-se-á a uma análise estatística dos dados obtidos. Concretamente, a fim de procurar diferenças entre grupos e correlações entre variáveis explorar-se-ão as seguintes hipóteses teóricas:

Hipóteses teóricas:

Hipótese 1.1 – Existem diferenças significativas entre os três grupos no que respeita aos níveis de espontaneidade, de impulsividades e nos traços de personalidade.

Hipótese 1.2 – Existem diferenças entre reclusos e indivíduos em liberdade nas variáveis em estudo, nomeadamente níveis significativamente inferiores de espontaneidade nos primeiros.

Hipótese 1.3 - Existem diferenças entre o grupo de reclusos abusadores sexuais de menores e os restantes grupos amostrais, nas variáveis em estudo, nomeadamente níveis significativamente superiores de impulsividade no primeiro grupo.

Hipótese 1.4 – Não existe uma correlação entre as variáveis impulsividade e espontaneidade.

Hipótese 1.5 – Existem correlações noutros pares de variáveis em estudo.

3.1. Método

3.1.1. Tipo de estudo

O presente estudo segue uma abordagem quantitativa associada à aplicação de metodologia de avaliação psicométrica e posterior testagem estatística das hipóteses teóricas formuladas. É um estudo exploratório pois pretende aprofundar conhecimento acerca dos fenómenos em estudo, seguindo um *design* experimental inovador no seu conjunto, quer pelos instrumentos usados quer pelos grupos amostrais em questão. Assim, analisam-se traços de personalidade, níveis de impulsividade e de espontaneidade em 3 amostras independentes e de forma comparativa: reclusos agressores sexuais de menores, reclusos em geral e adultos em liberdade sem cadastro. Também se trata de um estudo do tipo correlacional porque pretende

averiguar se existem correlações entre diferentes variáveis quantitativas mensuradas (D'Oliveira, 2007).

3.1.2. Participantes

A amostra deste estudo é constituída por 90 adultos do sexo masculino, organizados em 3 grupos amostrais independentes. Cada grupo é composto por 30 participantes pertencentes a uma condição experimental distinta, a saber:

a) 30 Reclusos agressores sexuais de menores, detidos e julgados de acordo com a lei vigente no Código Penal (2007, Livro II, Título I, Capítulo V, Secção II (Artigos 171º a 179º) – *Crimes contra a autodeterminação sexual*, conforme Gonçalves, M., 2007). Os participantes deste grupo provem do Estabelecimento Prisional de Lisboa (junto às instalações da Polícia Judiciária) e do Estabelecimento Prisional da Carregueira.

b) 30 Reclusos não agressores sexuais, isto é, sem antecedentes criminais de agressão sexual. Este grupo amostral é composto por sujeitos reclusos no Estabelecimento Prisional de Lisboa (estabelecimento central) representando uma tipologia diversificada de crimes de forma a obter a maior heterogeneidade possível a este nível. Pelo que foi acordado com o representante do E.P.L. que colaborou com esta investigação os reclusos inquiridos foram recolhidos em número semelhante de cada uma das alas da instituição (de A a F). Assim, assegurando que nenhum deles cometera crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, a tipologia criminal é variada, a título de exemplo: crimes de perigo comum, de delinquência, de falsificação, cometidos no exercício de funções públicas, contra a ordem e autoridade públicas, contra a liberdade pessoal e o direito à reserva da vida privada, atentados à vida de outrem, à vida em sociedade, à identidade cultural, religiosa e integridade pessoal, ao património, à propriedade e à realização da justiça. (conforme lei em vigor, segundo o Código Penal Português de 2007).

c) 30 Indivíduos em liberdade, adultos do sexo masculino da região de Lisboa. Destes participantes fazem parte transeuntes de Lisboa, membros de uma equipa de futebol, estudantes universitários e profissionais da Direção Geral de Reinserção Social.

Todos os 90 sujeitos do estudo participaram de forma voluntária, pertencem ao distrito de Lisboa, são do sexo masculino, de idade superior a 18 anos e com diferentes habilitações

literárias. A maioria com idade compreendida entre os 21 e os 30 anos (44,4%) e com escolaridade básica (46,7%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Análise descritiva das variáveis *idade* e *habilitações literárias*.

		Frequência	Porcentagem
Idade	Até 20 anos	2	2,2
	De 21 a 30 anos	40	44,4
	De 31 a 40 anos	26	28,9
	De 41 a 50 anos	17	18,9
	Mais de 50 anos	5	17,9
	Casos omissos	0	0
Habilitações Literárias	Até ao 4º ano	4	4,4
	Ensino Básico	42	46,7
	Ensino Secundário	24	26,7
	Licenciatura	18	20,0
	Mais que Licenciatura	2	2,2
	Casos omissos	0	0

3.1.3. Variável independente

A variável independente é a condição específica de cada grupo amostral definida pelos seus atributos situacionais e categóricos que constituem os 3 grupos amostrais independentes e mutuamente exclusivos: reclusos abusadores sexuais de menores, reclusos não abusadores sexuais e indivíduos em liberdade. É principalmente o efeito que a condição experimental tem nas variáveis dependentes que se pretende estudar nesta investigação.

3.1.4. Variáveis dependentes/medidas

Correspondem aos constructos mensurados pelos instrumentos: os 5 traços basilares da personalidade (Costa & McCrae, 1989a, 1989b, 1992; Lima, 1997; Lima & Simões, 1997, 2000) - neuroticismo, extroversão, amabilidade, abertura à experiência e conscienciosidade -, o grau de impulsividade (Costa & McCrae, 1989; Lima & Simões, 1997, 2000a) e o nível de espontaneidade (Kipper, 2005).

3.1.5. Instrumentos

SAI-R: *Experiência Pessoal* (Kipper, 2005): escala de espontaneidade constituída por 18 itens respondidos numa escala tipo Likert, com 5 possibilidades de resposta, variando de “muito fraco” a “muito forte”. A pontuação total pode atingir um máximo de 90 pontos que corresponde ao índice máximo de espontaneidade. Esta escala está em processo de aferição para a população portuguesa (por Gonzalez, A. e colaboradores) pelo que os dados obtidos neste estudo contribuem também para esse processo de aferição.

NEO Five-Factor Inventory - NEO-FFI (Costa & McCrae, 1989b, 1992; Lima & Simões, 2000): versão abreviada do NEO PI-R, composta por 60 itens, em modelo de resposta do tipo Likert. Para cada afirmação ou item existem 5 possibilidades de resposta que variam entre “discordo fortemente” e “concordo fortemente”. Foi desenhado para constituir uma medida rápida e fiável de cinco domínios da personalidade do adulto, baseado no modelo dos 5 fatores da personalidade de Costa e McCrae: neuroticismo, abertura à experiência, amabilidade, extroversão e conscienciosidade. A cada domínio correspondem 12 itens da escala. Os itens estão organizados de modo a que haja alternância de domínio de item para item. A pontuação total máxima para a escala é de 300 pontos e de 60 pontos em cada domínio da personalidade. Quanto mais elevada for a pontuação obtida em cada fator maior é o grau desse fator no inquirido. Vários itens têm de ser invertidos aquando da introdução da pontuação na base de dados para assegurar esta correspondência. A aplicação do inventário tem uma duração média de 15 minutos. Caracterização dos 5 domínios avaliados (Lima & Simões, 2000a):

Neuroticismo: avalia a estabilidade emocional e capacidade de adaptação do sujeito ao meio, além de identificar em que medida este tende a vivenciar afetos negativos (insegurança, medo, raiva, culpa, etc.). Níveis elevados sugerem tendência para ideias irrealistas, dificuldade em controlar impulsos e em lidar de forma adequada com agentes de *stress*. Os sujeitos com pontuações baixas em N tendem a ser emocionalmente mais estáveis e capazes de responder adaptativamente a situações *stressantes*.

Extroversão: a extroversão dá conta do grau de sociabilidade exprimindo a quantidade e intensidade das interações interpessoais, o nível de atividade, a necessidade de estimulação e a capacidade de exprimir alegria do sujeito. Sujeitos que obtêm pontuações mais elevadas neste domínio são mais otimistas, afetuosos e ativos, gostam de diversão e de conviver com outras pessoas. Sujeitos que obtêm pontuações mais baixas tendem a ter um ritmo de vida mais calmo, a serem mais reservados e distantes, menos exuberantes, apreciando estar sozinhos.

Abertura à Experiência: dá conta da sensibilidade estética, da atividade imaginativa, da curiosidade intelectual, sexual e em relação ao seu mundo interior, da tolerância face ao desconhecido e da permeabilidade e disposição para procurar e explorar situações novas. Níveis mais elevados neste domínio sugerem maior curiosidade, criatividade e imaginação. As pessoas com pontuações mais baixas neste domínio tendem a ser mais convencionais, conservadoras, a preferirem o familiar ao desconhecido e a terem uma gama de interesses mais limitada.

Amabilidade: dimensão que diz respeito às tendências interpessoais, num contínuo desde a compaixão ao antagonismo nos pensamentos, sentimentos e ações. Sujeitos amáveis tendem a ser vistos como altruístas, de confiança, prestáveis e benevolentes. Pontuações muito baixas associam-se a distúrbios narcísicos, antissociais e paranoides enquanto pontuações muito elevadas indicam maior probabilidade de distúrbios de personalidade dependente.

Conscienciosidade: avalia o grau de organização, persistência e motivação pelo comportamento orientado para um objetivo. O sujeito consciencioso é dotado de força de vontade e determinação, sendo geralmente visto pelos outros como alguém de confiança, escrupuloso, pontual, organizado, trabalhador, autodisciplinado, arranjado e ambicioso. Níveis elevados associam-se ao sucesso académico e profissional. No seu extremo pode revelar funcionamentos do tipo obsessivo-compulsivo. Baixa conscienciosidade relaciona-se com menor apego ao trabalho, força de vontade, obstinação e ambição.

Esta versão abreviada do NEO PI-R foi considerada uma medida válida para os 5 fatores na sua versão original (Costa & McCrae, 1992; Lima & Simões, 2000). As traduções levadas a cabo em diversos países (Polónia, Alemanha, China, Coreia, Japão, entre outros) obtiveram bons resultados no que respeita a sua validade enquanto instrumento psicométrico. McCrae e Costa (1997) constataram a mesma estrutura dos 5 fatores nas diferentes amostras pelos testes de validade efetuados, o que vem a reforçar carácter culturalmente transversal do instrumento e a universalidade da estrutura da personalidade dos 5 traços.

Este instrumento de avaliação psicométrica encontra-se em processo de validação para a população nacional, pelo que os dados recolhidos neste estudo dão também um contributo nesse sentido.

Subescala de Impulsividade (Costa & McCrae, 1989, 1992; Lima & Simões, 1997, 2000a): subescala do NEO-PI-R para avaliar os níveis de impulsividade em adultos e que corresponde a uma das 6 facetas da dimensão “neuroticismo”. Elevados níveis nesta faceta relacionam-se com uma incapacidade do sujeito em controlar os seus impulsos e resistir às tentações e desejos, podendo arrepende-se posteriormente dessa cedência irrefletida. É composta por 8 itens, cada com 5 alternativas de resposta em formato tipo Likert, variando de “discordo fortemente” ao “concordo fortemente”. A pontuação máxima possível é de 40 pontos correspondendo ao nível máximo de impulsividade. A cotação dos itens é feita de 1 a 5, atribuindo-se 1 ao grau mínimo de impulsividade e 5 ao grau máximo. Os itens 1, 3 e 8 foram invertidos aquando da introdução na base de dados para assegurar essa gradação. O inventário de personalidade NEO-PI-R, donde provém esta subescala, apresenta bons níveis de validade e de fidedignidade, tanto na sua versão original americana (Costa & McCrae, 1992) quanto na versão aferida e validada para a população portuguesa (Lima & Simões, 1997).

Pontuações mais elevadas de impulsividade relacionam-se com níveis elevados de distúrbio de personalidade antissocial (ATS) e de distúrbio de personalidade *borderline* (BDL), conforme classificação do DSM-III-R (Lima e Simões, 2000a).

3.1.6. Procedimentos

Recolha dos dados

O procedimento de amostragem foi não probabilístico, intencional e por conveniência nos dois grupos de reclusos já que à partida estavam definidas as condições de inclusão no universo amostral. No grupo de indivíduos em liberdade o procedimento de amostragem também não foi totalmente aleatório uma vez que os participantes teriam de ser à partida adultos do sexo masculino e estar na região de Lisboa no momento da recolha de dados.

O processo de recolha de dados foi efetuado através de instrumentos de avaliação psicométrica, por preenchimento de questionários pelos participantes. Todos eles assinaram o termo de consentimento informado (Anexos, p. 47), tendo sido salvaguardado o direito à confidencialidade dos dados recolhidos e ao anonimato e sido garantido o uso das informações recolhidas para fins de investigação académica (Shaughnessy, Zechmeister & Zechmeister, 2005; Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2011).

A recolha de dados de toda a amostra demorou cerca de 8 meses a concretizar, até Janeiro de 2012. Os dados provenientes dos indivíduos em liberdade e do grupo de reclusos abusadores sexuais de menores foram recolhidos em primeiro lugar e passados 6 meses recolheram-se os dados do grupo dos reclusos não abusadores sexuais. Embora o investigador presente não fosse sempre o mesmo, os procedimentos de recolha de dados obedeceram aos mesmos critérios (Ilhicas, 2011) nos três grupos amostrais. Assim, os participantes preencheram os questionários um a um, sentados à mesa isoladamente e em ambiente fechado (sala ou gabinete) para evitar enviesamento nos resultados devido a influências externas, sobretudo nas instituições prisionais. Os participantes puderam colocar questões e dúvidas sobre o preenchimento dos questionários, tendo cada aplicação a duração média total de 30 minutos. Os materiais necessários para a sua concretização foram os questionários em papel e caneta.

Grupo dos reclusos abusadores de menores: dados recolhidos no Estabelecimento Prisional de Lisboa nas instalações da Polícia Judiciária e no Estabelecimento Prisional da Carregueira.

Grupo de reclusos não abusadores sexuais: a recolha de informação realizou-se no Estabelecimento Prisional Central de Lisboa (E.P.L.).

Grupo de não reclusos, de adultos do sexo masculino em liberdade: a aplicação dos instrumentos teve lugar na Direcção-Geral de Reinserção Social, no I.S.P.A. – Instituto Universitário, na Faculdade de Medicina de Lisboa (à Equipa de Futebol) e no Jardim do Tabaco.

Tratamento dos dados

As respostas aos questionários foram codificadas e inseridas em bases de dados para subsequente análise descritiva e exploratória. A análise foi efetuada por intermédio dos *softwares* estatísticos *Microsoft Excel* (versão 2010) e sobretudo *IBM SPSS Statistics* (versão

19). Foi usado o método de testagem de hipóteses no SPSS para dar resposta às hipóteses colocadas. Assim, a testagem das diferentes hipóteses teóricas requer a realização procedimentos estatísticos adequados às mesmas (Maroco, 2010; Pereira, 2006), como se explica de seguida:

Tendo-se confirmado os pressupostos de normalidade das variáveis dependentes (Maroco, 2010), realizou-se o teste *ANOVA one-way* para verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os 3 grupos nas médias dessas variáveis, para responder à 1ª hipótese enunciada, de que existem diferenças significativas entre os 3 grupos no que respeita aos níveis de espontaneidade, de impulsividade e nos traços de personalidade. Posteriormente recorreu-se ao teste (*post hoc*) de *Scheffé* para perceber entre que grupos existem essas diferenças e em que sentido elas se observam. Calculou-se também a dimensão do efeito das diferenças encontradas (*Eta squared*) para dar conta da significância prática das mesmas.

Realizou-se o teste *ANOVA one-way* para verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de reclusos (por reunião dos 2 grupos de reclusos, abusadores e não abusadores) e o grupo de não reclusos, para responder à 2ª hipótese teórica. Analisou-se em que sentido se verificam as diferenças encontradas e calculou-se a dimensão do efeito (*Eta squared*) para perceber a implicação prática dos resultados obtidos.

Realizou-se igual procedimento estatístico para verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de reclusos abusadores sexuais de menores e os restantes agrupados (não reclusos e reclusos não abusadores), observou-se em que sentido e com que significância prática existem essas diferenças, para responder à 3ª hipótese formulada.

Realizou-se o teste de correlação de Pearson (cálculo do coeficiente r) para averiguar o grau de correlação entre as variáveis impulsividade e espontaneidade para poder responder à 4ª hipótese formulada.

Efetou-se o mesmo método estatístico englobando todas as variáveis quantitativas em estudo a fim de responder à 5ª hipótese teórica. Para cada par de variáveis em que o coeficiente de correlação de Pearson revelou a existência de correlação, averiguou-se se ela é positiva ou negativa.

3.2. Resultados

3.2.1. Análise descritiva

Variáveis sociodemográficas – idade e habilitações literárias

Em relação à idade, na amostra total 44.44% dos participantes têm idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos, 28.88% entre os 31 e os 40 anos e 18.88% entre os 41 e os 50 anos. Apenas 2.22% têm idade igual ou inferior a 20 anos e 5.55% superior a 50 anos. No grupo de não reclusos e no de reclusos não abusadores sexuais a maior parte dos participantes (40% e 73.33% respetivamente) têm entre 21 a 30 anos de idade. No grupo de reclusos abusadores sexuais de menores a maioria dos inquiridos (33.33%) encontra-se na faixa etária dos 31 aos 40 anos sendo que 20% se encontra na faixa antecedente (Anexos, tabela 1, p.48).

Quanto às habilitações literárias na amostra total: 4.44% tem a 4ª classe ou menos, 46.67% tem o nível de ensino básico (a maioria dos participantes), 26.67% tem o de ensino secundário, 20% com licenciatura e 2.22% nível superior ao de licenciatura. Ambos os grupos de reclusos se encontram maioritariamente ao nível de ensino básico (66.67% nos abusadores e 46.67% nos não abusadores) enquanto os indivíduos do grupo de não reclusos se encontram na sua maior parte (60%) ao nível de licenciatura (Anexos, tabela 2, p.48).

Variáveis quantitativas – espontaneidade, impulsividade e traços de personalidade

Na amostra (N=90), o *score* médio mínimo obtido no SAI-R foi de 39 e o máximo de 78, sendo a média de 62.03 pontos com desvio padrão de 7.62. O *score* médio mínimo obtido na subescala de impulsividade do NEO-PI-R foi de 16 e o máximo de 34, sendo a média de 24.20 pontos com desvio padrão de 3.79. Quanto aos traços de personalidade e conforme os resultados do NEO-FFI: no neuroticismo, o *score* médio mínimo obtido foi de 0.83 e o máximo de 3.08, sendo a média de 1.97 pontos com desvio padrão de 0.44; na extroversão, o *score* médio mínimo obtido foi de 1.25 e o máximo de 3.25, sendo a média de 2.35 pontos com desvio padrão de 0.37; na abertura à experiência, o *score* médio mínimo obtido foi de 1.25 e o máximo de 3.08, sendo a média de 2.09 pontos com desvio padrão de 0.36; na amabilidade, o *score* médio mínimo obtido foi de 1.17 e o máximo de 3.25, sendo a média de

2.17 pontos com desvio padrão de 0.49; na conscienciosidade, o *score* médio mínimo obtido foi de 1.93 e o máximo de 3.64, sendo a média de 2.59 pontos com desvio padrão de 0.40.

Tabela 3 - Resultados do SAI-R, da subescala de Impulsividade e dos 5 domínios do NEO-FFI, por grupo amostral.

Grupo Amostral	SAI-R		Impulsividade		Neuroticismo		Extroversão		Conscienciosidade		Abertura à experiência		Amabilidade	
	M	d.p.	M	d.p.	M	d.p.	μ	d.p.	μ	d.p.	μ	d.p.	M	d.p.
Não reclusos	65,67	5,93	23,53	2,98	1,89	0,34	2,38	0,29	2,43	0,26	1,91	0,32	1,88	0,35
Recl.abus. sexuais de menores	57,37	7,74	23,83	4,08	2,07	0,47	2,16	0,33	2,41	0,30	2,13	0,36	2,04	0,40
Recl.não abus.sexuais	63,07	6,77	25,23	4,10	1,96	0,49	2,51	0,41	2,95	0,36	2,24	0,33	2,60	0,41

Pela observação da tabela 3 pode constatar-se que os indivíduos em liberdade obtêm um *score* médio total de espontaneidade superior, bem como *scores* mais baixos de impulsividade, neuroticismo, amabilidade e abertura à experiência, relativamente aos restantes sujeitos da amostra. Em média, os não reclusos são mais conscienciosos e extrovertidos do que os abusadores sexuais de menores mas menos do que os reclusos não abusadores sexuais.

Quanto aos reclusos não abusadores sexuais, são os que obtêm níveis médios mais elevados nas variáveis impulsividade, extroversão, conscienciosidade, abertura à experiência e amabilidade. São em geral mais espontâneos que os abusadores sexuais mas menos que os indivíduos em liberdade. Apresentam ainda níveis de neuroticismo superiores aos dos não reclusos mas inferiores aos dos reclusos abusadores sexuais de menores.

Os dados descritivos indicam que, nesta amostra, os agressores sexuais de menores são os menos espontâneos, conscienciosos e extrovertidos e os mais neuróticos. Apresentam níveis de impulsividade, abertura à experiência e amabilidade superiores aos dos não reclusos mas inferiores aos dos outros reclusos.

Em suma, os valores da tabela permitam afirmar que, em termos relativos e para a amostra total em estudo: os sujeitos que não estão presos são os mais espontâneos e os menos

impulsivos e neuróticos. Contudo, são também os menos amáveis e abertos à experiência. Os reclusos abusadores sexuais de menores são os mais neuróticos e os menos espontâneos, extrovertidos e conscienciosos. Os outros reclusos apresentam-se como mais impulsivos, extrovertidos, conscienciosos, abertos à experiência e amáveis que os restantes participantes.

3.2.2. Análise exploratória - Teste de hipóteses

No intuito de verificar se as diferenças evidenciadas pela análise descritiva da amostra são importantes do ponto de vista prático, realizou-se uma análise exploratória dos dados. Assim, os três primeiros pontos dizem respeito a diferenças entre grupos amostrais. Neles, os resultados que se apresentam obedecem a uma sequência que é necessária para se poder chegar à evidência do impacto prático dos mesmos. Nos últimos dois pontos (1.4 e 1.5) a análise exploratória teve como objetivo essencial perceber se as diferentes variáveis se correlacionam, de que forma essa relação se observa e com que relevância para a presente investigação.

1.1- Diferenças significativas entre grupos amostrais

Os 4 pressupostos de normalidade foram verificados em todas as variáveis. Assim:

- i) A variável dependente é quantitativa;
- ii) As amostras são independentes;
- iii) A variável dependente segue distribuição normal pois no teste de Shapiro Wilk todos os *p-values* são superiores a 0.05 (Anexos, tabela 3, p.49), para $\alpha=0.05$.
- iv) Existe homogeneidade de variância pois no teste de Levene baseado na média todos os *p-values* são superiores a 0.05(Anexos, tabela 4, p.50), para $\alpha=0.05$.

Após confirmados os pressupostos de normalidade, pode-se usar o método *Anova one-way* para o teste de hipótese. Este detetou diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos, no *score* médio total do NEO-FFI e nas variáveis espontaneidade, extroversão,

conscienciosidade, abertura à experiência e amabilidade, para um $\alpha=0.05$. (Anexos, tabela 5, p.51).

Através do teste *post hoc de Scheffé* e com um intervalo de confiança de 95%, foi possível perceber entre que pares de grupos existiam diferenças estatisticamente significativas, como se observa na tabela 4 (para tabela completa, ver Anexos, tabela 6, p.52):

Tabela 4 - Resultados do teste *post hoc de Scheffé* com significância estatística.

Variável Dependente	(I) condição experimental	(J) condição experimental	P
SAI-R	Não reclusos	Reclusos abusadores sexuais de menores	0.00
	Reclusos abusadores sexuais de menores	Reclusos não abusadores	0.01
Extroversão	Não reclusos	Reclusos abusadores sexuais de menores	0.05
	Reclusos abusadores sexuais de menores	Reclusos não abusadores	0.00
Conscienciosidade	Não reclusos	Reclusos não abusadores	0.00
	Reclusos abusadores sexuais de menores	Reclusos não abusadores	0.00
Abertura à experiência	Não reclusos	Reclusos abusadores sexuais de menores	0.05
		Reclusos não abusadores	0.00
Amabilidade	Não reclusos	Reclusos não abusadores	0.00
	Reclusos abusadores sexuais de menores	Reclusos não abusadores	0.00

Tendo em conta as diferenças estatisticamente significativas (para $\alpha=0.05$) patentes na tabela, importa referir em que sentido elas se observam:

Variável *espontaneidade*: os *scores* médios obtidos pelo inventário SAI-R foram significativamente superiores no grupo de não reclusos relativamente ao de reclusos abusadores sexuais de menores ($\mu=65.67$ e $\mu=57.37$, respetivamente); o grupo de reclusos não abusadores sexuais também obteve *scores* médios no SAI-R significativamente superiores aos do grupo de reclusos abusadores sexuais de menores ($\mu=63.07$ e $\mu=57.37$, respetivamente).

Variável *extroversão*: os reclusos não abusadores obtiveram valores médios significativamente superiores em relação aos reclusos abusadores sexuais de menores ($\mu=2.51$ e $\mu=2.16$, respetivamente) e, no limiar da significância, também superiores em relação aos não reclusos ($\mu=2,38$ nos não reclusos e $\mu=2,51$ nos reclusos abusadores sexuais de menores).

Variável *conscienciosidade*: o grupo de reclusos não abusadores sexuais obteve níveis médios ($\mu=2.95$) significativamente superiores aos dos restantes grupos amostrais nesta variável ($\mu=2.43$ no grupo de não reclusos e $\mu=2.41$ no de reclusos abusadores sexuais de menores).

Variável *abertura à experiência*: o grupo de não reclusos obteve níveis médios ($\mu=1.91$) significativamente inferiores aos obtidos pelos dois grupos de reclusos ($\mu=2.13$ nos abusadores e $\mu=2.24$ nos não abusadores).

Varável *amabilidade*: o grupo de reclusos não abusadores sexuais obteve níveis médios (de 2.60) significativamente superiores aos dos restantes grupos ($\mu=1.88$ no grupo de não reclusos e $\mu=2.04$ no de reclusos abusadores).

Após a realização do teste de *Scheffé* procedeu-se ao cálculo da dimensão do efeito pelo *Eta squared* (Anexos, tabela 7, p.53). Quanto maior for a dimensão de efeito maior será a significância prática das diferenças estatisticamente significativas detetadas pelo teste usado (Maroco, 2010). Assim, para as variáveis conscienciosidade e amabilidade a dimensão do efeito é elevada ($\eta^2p =] 0.25-0.5]$) e para as variáveis espontaneidade, extroversão e abertura à experiência a dimensão do efeito é média ($\eta^2p =] 0.05-0.25]$).

1.2- Diferenças significativas entre grupo de não reclusos e reclusos (agrupados)

Com a constituição de um novo grupo formado por todos os reclusos da amostra e pela comparação deste grupo ($n=60$) com o de não reclusos ($n=30$), pelo método *Anova one-way* detetaram-se diferenças estatisticamente significativas nas variáveis espontaneidade, conscienciosidade, amabilidade e abertura à experiência (Tabela 5).O grupo de reclusos obteve níveis significativamente superiores de conscienciosidade ($\mu_{\text{reclusos}}=2.68$ e $\mu_{\text{não reclusos}}=2.43$), de amabilidade ($\mu_{\text{reclusos}}=2.32$ e $\mu_{\text{não reclusos}}=1.88$) e de abertura à experiência ($\mu_{\text{reclusos}}=2.18$ e $\mu_{\text{não reclusos}} = 1.91$) e níveis significativamente inferiores de espontaneidade

($\mu_{\text{reclusos}}=60.22$ e $\mu_{\text{não reclusos}}=65.67$), relativamente ao grupo de não reclusos e para $\alpha=0.05$. Os níveis de impulsividade e de neuroticismo foram superiores nos reclusos e os de extroversão foram superiores no grupo de não reclusos (Anexos, tabela 8, p.54). Os respetivos *p-values* ficaram contudo longe da significância estatística (Tabela 5).

Tabela 5 - Resultados do *Anova one-way* para a hipótese 1.2.

	<i>P</i>
Espontaneidade * Grupo	0,00*
Impulsividade* Grupo	0,24
Neuroticismo * Grupo	0,21
Extroversão * Grupo	0,59
Conscienciosidade * Grupo	0,01*
Abertura * Grupo	0,00*
Amabilidade * Grupo	0,00*

A dimensão do efeito (*Eta squared*) foi média para todas as variáveis em que se encontraram diferenças estatisticamente significativas: espontaneidade, conscienciosidade, amabilidade e abertura à experiência já que $\eta^2_p =] 0.05-0.25]$ (Anexos, tabela 9, p.54).

1.3- Diferenças significativas entre grupo de abusadores sexuais de menores e não abusadores (agrupados)

Com a constituição de um novo grupo formado por todos os não abusadores sexuais (agrupando reclusos não abusadores e indivíduos em liberdade) e pela comparação deste grupo ($n=60$) com o de reclusos abusadores sexuais de menores ($n=30$), pelo método *Anova one-way* detetaram-se diferenças estatisticamente significativas nas variáveis extroversão, conscienciosidade e espontaneidade (Tabela 6). Em todas elas os abusadores sexuais obtiveram níveis médios significativamente inferiores aos do outro grupo (para quadro com dados descritivos destes dois grupos ver Anexos, tabela10, p.55).

A dimensão do efeito (*Eta squared*) foi média para as três variáveis, espontaneidade, extroversão e conscienciosidade uma vez que $\eta^2_p =] 0.05-0.25]$ (Anexos, tabela11, p.55).

Tabela 6 - Resultados do *Anova one-way* para a hipótese 1.3.

	<i>P</i>
Espontaneidade * Grupo	0,00*
Impulsividade* Grupo	0,52
Neuroticismo * Grupo	0,15
Extroversão * Grupo	0,00*
Conscienciosidade * Grupo	0,00*
Abertura * Grupo	0,47
Amabilidade * Grupo	0,07

1.4- Correlação entre impulsividade e espontaneidade

Não foi encontrada qualquer correlação, positiva ou negativa, entre as variáveis espontaneidade e impulsividade. O coeficiente de correlação de Pearson é $r= 0.08$ (Tabela 7). Este valor está muito próximo de zero, o que indica que o grau de relação linear entre as duas variáveis é praticamente nulo (Maroco, 2010).

Tabela 7 - Resultados de correlação entre impulsividade e espontaneidade.

		Espontaneidade
Impulsividade	Coefficiente de Pearson	0,081
	<i>P</i> (2-tailed)	0,449
	N	90

1.5- Correlações entre outras variáveis quantitativas

Para $\alpha=0.01$ e pelo cálculo do coeficiente de correlação de Pearson (r), encontraram-se as seguintes correlações com elevada significância estatística:

- Espontaneidade correlaciona-se positivamente com extroversão ($r = 0.37$);

- Amabilidade correlaciona-se positivamente com a conscienciosidade ($r = 0.37$), com a extroversão ($r = 0.39$) e com a abertura à experiência ($r = 0.40$).

Seguindo o mesmo método estatístico mas para $\alpha=0.05$, verificou-se a existência de correlações significativas entre as seguintes variáveis:

- Extroversão e conscienciosidade ($r = 0.22$), espontaneidade e conscienciosidade ($r = 0.23$), impulsividade e neuroticismo ($r = 0.23$), impulsividade e abertura à experiência ($r = 0.22$).

Em baixo apresenta-se um quadro-síntese das correlações significativas (Tabela 8).

Tabela 8 – Correlações significativas entre variáveis.

		Extroversão	Conscienciosidade	Abertura à Experiência	Amabilidade
Espontaneidade	Coefficiente de Pearson	,371**	,228*	,031	,183
	<i>P</i> (2-tailed)	,000	,031	,771	,084
Impulsividade	Coefficiente de Pearson	,145	,042	,218*	,176
	<i>P</i> (2-tailed)	,174	,691	,039	,098
Neuroticismo	Coefficiente de Pearson	-,057	,083	,159	,072
	<i>P</i> (2-tailed)	,591	,434	,134	,497

** valor muito significativo (para alfa=0.01)

*valor significativo (para alfa=0.05)

Em todos os casos as variáveis correlacionam-se de forma positiva, isto é, quando os valores de uma delas aumentam observa-se um aumento em paralelo dos valores da outra variável (quadro completo das correlações, em Anexos, tabela 12, p.56).

De notar a impossibilidade de estabelecer uma relação de causa-efeito pois não se sabe à partida qual das variáveis é a independente e qual é a dependente (Maroco, 2010).

4. Discussão e Conclusões

A presente investigação teve como objetivo global alargar o conhecimento acerca da agressão sexual de menores através da caracterização de uma amostra de reclusos que cometeram esse crime. Os resultados permitiram conhecer algumas das características de personalidade desta amostra, além de uma noção concreta quanto aos níveis de espontaneidade e de impulsividade destes indivíduos.

Em relação aos objetivos específicos deste trabalho pode dizer-se o seguinte:

- 1) Por meio de análise descritiva e exploratória dos dados obtidos foi possível proceder a uma comparação dos três grupos amostrais no que concerne a traços gerais de personalidade, níveis de impulsividade e de espontaneidade.
- 2) A reformulação dos dados em dois novos grupos, um composto por todos os reclusos e outro pelos indivíduos em liberdade, permitiu, através de uma análise exploratória comparativa, averiguar as diferenças mais importantes entre o estado de reclusão e o de não reclusão.
- 3) A análise descritiva dos resultados obtidos no grupo de agressores sexuais de menores permitiu a sua caracterização global. Além disso, agrupando todos os sujeitos não agressores sexuais, a análise exploratória dos dados possibilitou perceber as diferenças mais significativas entre os abusadores e os não abusadores sexuais de menores.
- 4) Na amostra total, o estudo correlacional das variáveis impulsividade e espontaneidade possibilitou constatar que não existe uma relação linear entre as duas. O tratamento dos dados referentes a todas as variáveis quantitativas mensuradas pelos instrumentos permitiu identificar algumas correlações significativas entre elas.
- 5) Os dados recolhidos contribuem por si mesmos para o processo de aferição e validação dos instrumentos SAI-R e NEO-FFI na população portuguesa uma vez que foram recolhidas informações em três subpopulações específicas neste estudo. Isso possibilitou o alargamento da base de dados disponível para a testagem da validade e fiabilidade desses instrumentos.

No que concerne às hipóteses teóricas formuladas, os resultados obtidos neste estudo permitem responder a cada uma delas de forma sustentada. Assim, as análises estatísticas efetuadas via teste de hipóteses apoiam empiricamente as 5 formulações teóricas.

Na **hipótese 1.1** os resultados da *anova one-way* vão ao encontro do esperado pois detetaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os três grupos no que diz respeito a níveis de espontaneidade, extroversão, abertura à experiência, conscienciosidade e amabilidade. A realização *a posteriori* do teste de Scheffé permitiu ir mais além identificando entre que grupos e em que sentido se verificam essas diferenças. Assim, tanto os reclusos não abusadores como os indivíduos em liberdade registaram *scores* médios no SAI-R superiores aos dos reclusos abusadores sexuais. Nos 5 traços psicológicos constataram-se as seguintes diferenças significativas: níveis mais elevados de extroversão nos reclusos não abusadores relativamente aos abusadores, níveis mais baixos de abertura à experiência no grupo de não reclusos em relação a ambos os grupos de reclusos, níveis mais elevados de conscienciosidade nos reclusos não abusadores comparativamente a cada um dos restantes grupos, níveis mais elevados no grupo de não reclusos e de reclusos abusadores em relação ao grupo de reclusos não abusadores. Tendo-se verificado estas diferenças estatísticas procedeu-se à análise da dimensão do efeito para perceber a importância prática dos resultados encontrados. Esta foi elevada para as variáveis conscienciosidade e amabilidade e média para as variáveis espontaneidade, extroversão e abertura à experiência.

O fato do grupo dos não abusadores sexuais obter níveis superiores de espontaneidade, extroversão, conscienciosidade e amabilidade em relação ao dos agressores sexuais de menores pode entender-se à luz da menor variabilidade interna que caracteriza esta subpopulação. Enquanto o grupo de reclusos não abusadores sexuais contempla uma multiplicidade de crimes o dos abusadores representa somente um. Esta diferença na variabilidade de manifestações criminosas entre os grupos de reclusos pode dar azo a efeitos de amplificação das diferenças.

Ainda assim e conforme referido por Baron-Laforêt (2000), os abusadores sexuais são comumente excluídos, alvo de extorsão e de violência pelos outros reclusos, o que por si só os coloca numa posição de maior isolamento e indicia uma maior suscetibilidade para apresentarem perturbações de adaptação à prisão (Gonçalves, 1999; Moreira, 2008). Além disso, os agressores sexuais revelam maior tendência para a dependência, ansiedade, depressão e baixa autoestima como aponta Gonçalves (2003), o que está em relação negativa

com os níveis de extroversão, espontaneidade, amabilidade e conscienciosidade (Kipper & Hundal, 2005; Kipper & Shemer, 2007).

A **hipótese 1.2** também é suportada pelos resultados do teste da *anova one-way* pois foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de reclusos (abusadores e não abusadores agrupados) e o de não reclusos, nomeadamente níveis inferiores de espontaneidade nos reclusos com uma significância prática considerável (dimensão do efeito média). Além disso, o grupo de reclusos apresenta níveis significativamente mais elevados do ponto de vista estatístico em três dimensões da personalidade: amabilidade, abertura à experiência e conscienciosidade. A significância prática é média para as diferenças encontradas nestas três variáveis.

Os valores de abertura à experiência mais elevados nos reclusos em relação à população geral são concordantes com os resultados obtidos por Herrero e Colom (2008) no seu estudo comparativo entre amostra de reclusos ofensores e população geral. Estes autores acrescentam que a procura de novas sensações e experiências tem carácter antissocial nestes prisioneiros e está relacionado com uma maior suscetibilidade ao aborrecimento.

Os níveis consideravelmente mais baixos de espontaneidade nos reclusos poderão ser compreendidos quer à luz das circunstâncias pessoais quer das contextuais. Por um lado, os sujeitos reclusos entraram na prisão porque de algum modo não conseguiram encontrar formas adaptativas de responder às solicitações do meio, ao ponto de entrarem na esfera da criminalidade. Possivelmente, não dispuseram de flexibilidade e plasticidade internas para agir de modo construtivo, criativo e proactivo, a fim de mobilizar e tornar operante a sua espontaneidade (Blatner e Cukier, 2007; Moreno, 1966/1974). Por outro lado, a própria situação de reclusão poderá condicionar o desenvolvimento e expressão pessoais (Lopez-Coira, 1992; Moreira, 1994), o que poderá conduzir ao bloqueio do desenvolvimento da espontaneidade.

Na **hipótese 1.3** os resultados da comparação de médias entre grupo de abusadores sexuais de menores e grupo de não abusadores (composto pelos indivíduos em liberdade e pelos outros reclusos) suportam empiricamente a existência de diferenças entre ambos. No entanto não foi possível verificar diferenças importantes ao nível da impulsividade. Assim, pode-se dizer que os resultados vão parcialmente ao encontro do postulado. Os abusadores sexuais obtiveram valores mais baixos de extroversão, de espontaneidade e de conscienciosidade com relativa implicação prática (dimensão do efeito média para as diferenças detetadas pela *anova*).

Em relação à variável impulsividade, os reclusos abusadores sexuais de menores registaram os *scores* mais baixos dos três grupos. Este resultado não vai no mesmo sentido do que Gonçalves e Vieira (2005) constataram num estudo realizado em estabelecimentos prisionais portugueses. Uma das principais conclusões a que chegaram foi que o estilo de vida criminal dos indivíduos presos por crime sexual (entre os quais agressores sexuais de menores) apresenta níveis mais elevados de autoindulgência, entre outros aspetos. Esta é uma das dimensões avaliadas pela escala LCSF-R (*Lifestyle Criminality Screening Form - Revised*) cuja principal característica é precisamente a impulsividade.

Uma das explicações possíveis para não existência de diferenças importantes entre os grupos no que concerne aos níveis de impulsividade passa pelo fenómeno de deseabilidade social. De fato, na caracterização dos agressores sexuais vários autores referem a existência de um falso *self* que usam na sua relação com os outros e como meio de colagem ao normativo, bem como a tendência a negarem a si próprios a realidade e força das suas perversões e impulsos (Gonçalves, 1999, 2005; Ross, 2003).

Os dados provenientes da análise de correlação entre a variável impulsividade e espontaneidade vão ao encontro do formulado na **hipótese 1.4**. De fato, não foi encontrada qualquer espécie de correlação entre as duas medidas, sendo o valor do coeficiente de correlação de Pearson praticamente nulo.

Este resultado reforça a ideia de que os dois conceitos são distintos e não devem ser confundidos (Costa & McCrae, 1989, 1992; Lima & Simões, 1997, 2000a; Meyer, 1941/1974). Apesar de Kipper, Green e Prorak (2010) também distinguirem impulsividade de espontaneidade afirmando que são constructos incompatíveis (p.48), no mesmo estudo encontraram uma correlação negativa entre ambos. Não obstante, a impulsividade foi avaliada por um instrumento diferente, que a operacionaliza em 4 categorias: sentido de urgência, falta de perseverança, falta de premeditação e procura de novas sensações. A espontaneidade (avaliada pelo SAI-R) correlacionou-se negativamente com o sentido de urgência (ligado ao agir rápido) e com a falta de perseverança. Uma diferente conceção da impulsividade na base da construção dos instrumentos poderá ter-se refletido na diferença de resultados entre este estudo e o de Kipper e colaboradores (2010).

Quanto à **hipótese 1.5** detetaram-se relações entre pares de variáveis, tal como se esperava. Assim, observou-se uma correlação positiva e elevada entre espontaneidade e extroversão, amabilidade e extroversão, amabilidade e conscienciosidade, abertura à experiência e

amabilidade. Também se encontrou uma correlação positiva, embora menos elevada, entre extroversão e conscienciosidade, espontaneidade e conscienciosidade, impulsividade e neuroticismo, impulsividade e abertura à experiência.

As correlações positivas entre dimensões que medem o mesmo constructo global, neste caso a personalidade pelo NEO-FFI, são expectáveis e um sinal positivo em relação à validade do instrumento. Não se tratando de coeficientes de correlação muito próximos de 1 (todos os coeficientes de Pearson inferiores a 0.5), contribuem para a demonstração de validade convergente dos subdomínios da personalidade e simultaneamente para a validade discriminante dos mesmos (Anastasi & Urbina, 2000). Ou seja, a existência e o grau destas correlações sugere uma boa construção psicométrica do NEO-FFI. Pela mesma lógica, a correlação encontrada entre impulsividade e neuroticismo também é expectável, já que a impulsividade é uma das 6 facetas da dimensão do neuroticismo no NEO-PI-R e igualmente medida no NEO-FFI.

Quanto às correlações positivas entre espontaneidade e conscienciosidade e entre espontaneidade e extroversão, os resultados vão ao encontro dos obtidos por Kipper e Shemer (2007) e Kipper e Hundal (2005). Além disso reforçam a noção de que a espontaneidade está ligada a estados de autoconsciência e reflexão (Kipper, Green, & Prorak, 2010) e a uma maior facilidade do sujeito para se mobilizar e adequar de modo dinâmico e proactivo ao meio envolvente (Meyer, 1941/1974; Moreno, 1966/1974).

No global, os resultados mais interessantes dizem respeito à espontaneidade e à impulsividade. O fato de as duas variáveis não se correlacionarem empiricamente aponta para uma não relação também ao nível conceptual, isto é, para uma distinção teórica clara de ambas na sua caracterização e compreensão, o que vai ao encontro das conceptualizações de J.L. Moreno (conforme Gonzalez, 2012). Além disso, a espontaneidade é bastante superior nos indivíduos em liberdade em comparação com os que se encontram dentro das prisões.

4.1. Limitações

Existem algumas limitações a considerar na presente investigação, nomeadamente em relação à metodologia usada.

Em primeiro lugar, dois dos instrumentos utilizados para a recolha de dados ainda não estão validados para a população nacional pelo que os resultados obtidos devem ser olhados tendo esse fato em consideração.

O processo de recolha de dados pode apresentar impedimentos para a generalização dos resultados. Como o tipo de amostragem não foi aleatório, com os dois grupos de reclusos restringindo-se a estabelecimentos prisionais da zona de Lisboa, estas amostras não podem ser representativas da população nacional de reclusos. Em particular, o grupo dos reclusos agressores sexuais de menores não será representativo dos agressores em geral, pelo mesmo fator de restrição geográfica e pelo fato de estarem presos. Porque há agressores que não se encontram nas prisões, o que leva a supor a possibilidade de terem características que os diferenciam dos que estão presos. É um obstáculo, ou antes um desafio, para a investigação, porque estes sujeitos em liberdade são mais difíceis de estudar empiricamente.

Outra limitação diz respeito às variáveis sociodemográficas, idade e habilitações literárias. Elas não apresentam uma distribuição equitativa entre os grupos amostrais. No que concerne à idade, os reclusos abusadores sexuais de menores são em geral mais velhos do que os restantes participantes. Em relação às habilitações literárias, os indivíduos em liberdade encontram-se maioritariamente ao nível da licenciatura enquanto os restantes têm em geral habilitações inferiores (maior parte com ensino básico). Estas diferenças na constituição dos grupos amostrais podem conduzir a enviesamentos nos resultados e é algo que deverá ser controlado em futuras investigações.

Por último, o fenómeno de desejabilidade social pode constituir um obstáculo à credibilidade dos resultados obtidos, sobretudo porque os instrumentos usados são questionários baseados numa autoavaliação e autoperceção dos inquiridos (Salgado, 1996; Anastasi & Urbina, 2000). De fato, de forma consciente ou inconsciente, os inquiridos podem responder de acordo com o que pensam ser o esperado, influenciados pelas suas expectativas quanto à finalidade dos questionários. É por isso compreensível que tal possa suceder com maior probabilidade nos indivíduos reclusos. Sentindo que as suas respostas podem ter consequências práticas nas condições do seu regime prisional (punições e recompensas), podem sobrevalorizar e subvalorizar certos aspetos da sua personalidade para obterem daí quaisquer benefícios. Este aspeto deve ser tido em conta em estudos semelhantes.

4.2. Reflexão final

Fora dos contornos formais a que uma dissertação obriga, gostaria de deixar algumas notas pessoais sobre aspectos que advêm deste estudo e que considero importante referir.

As diferenças que encontrei entre os resultados deste trabalho e alguns estudos, particularmente quanto à existência de correlação entre espontaneidade e impulsividade, levaram-me a refletir sobre a importância das dissonâncias entre estudos, nos dados que obtêm. Essas disparidades dão conta de uma necessidade permanente de aprofundar o estudo dos fenómenos psicológicos. Penso que a ciência se constrói pela e na confrontação de ideias, métodos e resultados de investigação. Naturalmente, esta permanente evolução científica implica por vezes que se proceda a revisões e transformações no plano da conceptualização teórica e da operacionalização empírica dos constructos. Por sua vez, estas modificações têm impacto ao nível da metodologia e das técnicas que se desenvolvem ou adotam na investigação psicológica, e que conduzem a novas ideias e teorias. Mas é isto que torna todo o processo fascinante, a não existência de verdades absolutas e incontestáveis.

Outro aspeto importante está relacionado com o carácter puramente psicométrico deste estudo, pois todas as variáveis são quantificáveis e mensuráveis, numa lógica objetivante dos fenómenos a compreender. Julgo que o valor deste tipo de abordagem reside sobretudo na possibilidade de fazer generalizações de resultados, quando as amostras são representativas de populações, o que é importante para o avanço do conhecimento científico. Não obstante, penso ser de igual importância compreender o sujeito através de métodos de carácter qualitativo e subjetivante, isto é, preconizando uma lógica que atenda a todo um universo pessoal de vivências, representações simbólicas e significações do real. A atribuição de sentidos é um dos papéis principais da atividade do psicólogo clínico. De fato, as duas lógicas, objetivante e subjetivante, são claramente distintas. Mas podem-se complementar, contribuindo assim para o enriquecimento da investigação em psicologia clínica.

Neste sentido, para que o psicólogo clínico possa contribuir para uma melhoria da saúde mental dos sujeitos, fora ou dentro das prisões, agressores ou não agressores, uma intervenção preconizada por uma visão integradora de conhecimentos poderá revelar-se mais profícua. O conhecimento do sujeito pela conjugação de dados objetivos e subjetivos, o olhar a pessoa nos planos manifesto e latente, pode enriquecer a avaliação e a atuação clínica do psicólogo, nos mais diversos contextos em que exerce funções. Por exemplo, na esfera do sistema prisional

poderá ajudar a definir qual a intervenção mais efetiva e quem poderá beneficiar mais com ela, antes, durante e após o cumprimento das medidas jurídico-legais, aquando da reinserção na sociedade. Desta forma, poderá contribuir para a deteção precoce do risco de psicopatologia e da agressão de menores e, por conseguinte, para a prevenção e diminuição da criminalidade em geral e da reincidência dos criminosos.

Os resultados obtidos por esta investigação representam, a meu ver, um passo nesse sentido, pois permitiram compreender melhor as características de personalidade, espontaneidade e impulsividade dos sujeitos presos, em particular dos agressores sexuais de menores, bem como reforçar empiricamente algumas noções teóricas sobre esses conceitos e fenómenos.

5. Referências

- American Psychological Association (A.P.A.). (2007). *APA dictionary of psychology* (G.R.VanDenBos Ed.). Washington DC: APA.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). Inventários de personalidade de auto-relato. In *Testagem psicológica* (M. Veronese, Trad., 7ª ed., pp.291-319). Porto Alegre: Artmed.
- Balier, C. (2000). Psychopathologie des agresseurs sexuels selon un modèle psychanalytique. In C. Balier, & A. Ciavaldini (Eds.), *Agressions sexuelles: pathologies, suivis thérapeutiques et cadre judiciaire* (pp.9-14). Paris: Masson.
- Baron-Laforêt, S. (2000). Pratiques thérapeutiques en milieu carcéral. In C. Balier, & A. Ciavaldini (Eds.), *Agressions sexuelles: pathologies, suivis thérapeutiques et cadre judiciaire* (pp.119-130). Paris: Masson.
- Berliner, L., & Elliot, D. (2002). Sexual abuse of children. In J. Myers et al. (Eds.), *The AP-SAC handbook on child sexual maltreatment* (2nd ed., pp.55-78). London: Sage Publications.
- Blatner, A., & Cukier, R. (2007). Moreno's basic concepts. In C. Baim, J. Burmeister, & M. Maciel (Eds.), *Psychodrama: advances in theory and practice* (pp.293-306). London: Routledge.
- Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses* (2011), retirado de https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico, acedido a 28 outubro, 2011.
- Costa, P., & McCrae, R. (1989a). More reasons to adopt the five-factor model. *American Psychologist*, 451-452.
- Costa, P., & McCrae, R. (1989b). The structure of interpersonal traits: Wiggins's circumplex and the five-factor model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56 (4), 586-595.
- Costa, P., & McCrae, R. (1992). Normal personality assessment in clinical practice: the NEO Personality Inventory. *Psychological Assessment*, 4 (1), 5-13.

- Dolan, M., & Fullam, R. (2004). Behavioural and psychometric measures of impulsivity in a personality disordered population. *The Journal of Forensic Psychiatry and Psychology*, 15 (3), 426-450.
- D'Oliveira, T. (2007). *Teses e dissertações - recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos* (2ª ed.). Lisboa: Editora RH.
- Doron, R. & Parot, F. (2001). *Dicionário de psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Faller, K. (1990). What constitutes sexual maltreatment?. In K. C. Faller (Ed.), *Understanding child sexual maltreatment* (pp. 13-37). California: SAGE Publications.
- Faller, K. (1990). Defining and understanding child sexual maltreatment. In K. C. Faller (Ed.), *Understanding child sexual maltreatment* (pp. 38-67). California: SAGE Publications.
- Feelgood, S., & Hoyer, J. (2008). Child molester or paedophile? Sociolegal versus psychopathological classification of sexual offenders against children. *Journal of Sexual Aggression*, 14 (1), 33-43.
- Félix, J. (2003). Pedofilia: brevíssimo perfil do mistério de Laius. In Sá, E. (Coord.), *Quero-te! Psicologia da sexualidade* (pp.119-132). Coimbra: Quarteto.
- Fuller, J. (2001). Sex offenders. In C.D.Bryant (Series Ed.) N. Davis & G. Geis (Vol. Eds.), *Encyclopedia of criminology and deviant behavior: Vol. 3. Sexual deviance* (pp. 338-340). Philadelphia: Brunner-Routledge.
- Goffman, E. (1999). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Gonçalves, M. (2007). *Código penal português: anotado e comentado* (18ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Gonçalves, R. (1999). Revisitar a adaptação à prisão. In *Psicopatia e processos adaptativos à prisão: da intervenção para a prevenção* (pp.201-268). Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

- Gonçalves, R. (2003). Ofensores sexuais: algumas questões em torno da sua caracterização e intervenção. In Sá, E. (Coord.), *Quero-te! Psicologia da sexualidade* (pp.133-146). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. (2005). A avaliação de ofensores violentos e perigosos: o caso dos agressores sexuais. In R. Abrunhosa & C. Machado (Coords.), *Psicologia forense* (pp.129-144). Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R., & Vieira, H. (1992). A psicologia na prisão: o trabalho de Sísifo. In J. Barroso & R. Gonçalves (Eds.), *Psicologia e intervenção social da justiça* (pp.53-68). Porto: Apport.
- Gonzalez, A. (2012). Das relações entre espontaneidade, saúde e doença. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 20 (2), 39-51.
- Gonçalves, R., & Vieira, S. (2005). A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 10 (1), 81-92.
- Grimes, R.-E. (2001). Child sexual abuse. In C.D.Bryant (Series Ed.) N. Davis & G. Geis (Vol. Eds.), *Encyclopedia of criminology and deviant behavior: Vol. 3. Sexual deviance* (pp. 54-61). Philadelphia: Brunner-Routledge.
- Herrero, Ó., & Colom, R. (2008). Distinguishing impulsive, unsocialized sensation seeking: a comparison between criminal offenders and the general population. *Journal of Individual Differences*, 29 (4), 199-204.
- Ilhicas, A. (2011). *Agressores sexuais de crianças: espontaneidade, impulsividade e personalidade*. (Dissertação de mestrado não publicada, Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário, Lisboa).
- John, O. (1990). The “Big Five” factor taxonomy: dimensions of personality in the natural language and questionnaires. In L. Pervin (Ed.), *Handbook of personality: theory and research* (pp.66-100). New York: Guilford Press.
- Kipper, D., & Hundal, J. (2005). The spontaneity assessment inventory: the relationship between spontaneity and nonspontaneity. *Journal of Group Psychotherapy, Psychodrama and Sociometry*, 119-129.

- Kipper, D., & Shemer, H. (2006). The revised spontaneity assessment inventory (SAI-R): spontaneity, well-being and stress. *Journal of Group Psychotherapy, Psychodrama and Sociometry*, 127-136.
- Kipper, D., Green, D., & Prorak, A. (2010). The relationship among spontaneity, impulsivity, and creativity. *Journal of Creativity and Mental Health*, 5, 39-53.
- Lima, M. (1997). NEO-PI-R. *Contextos teóricos e psicométricos. "OCEAN" ou "iceberg"?* (Dissertação de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, 1997). Recuperado em 2 outubro, 2012, de <http://hdl.handle.net/10400.12/1647>.
- Lima, M., & Simões, A. (1997). O inventário da personalidade NEO-PI-R: resultados da aferição portuguesa. *Psychologica*, 18, 25-46.
- Lima, M., & Simões, A. (2000a). *NEO PI-R: manual profissional*. Lisboa: CEGOC-TEA.
- Lima, M., & Simões, A. (2000b). A teoria dos cinco factores: uma proposta inovadora ou apenas uma boa arrumação do caleidoscópio personológico?. *Análise Psicológica*, 2(XVIII), 171-179.
- Lopez-Coira, M. (1992). Reclusos y guardianes: la prisión como contexto. In J. Barroso & R. Gonçalves (Eds.), *Psicologia e intervenção social de justiça* (pp.69-90). Porto: Apport.
- Meyer, A. (1974). Spontaneity. In I. Greenberg (Ed.), *Psychodrama: theory and therapy* (pp.133-156). New York: Behavioral Publications. (Obra original publicada em 1941)
- Moreira, J. (1994). *Vidas encarceradas. Estudo sociológico de uma prisão masculina*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Moreira, N. (2008). *Sufrimento, desespero e comportamentos desviantes na prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Moreno, J. (1974). The creativity theory of personality: spontaneity, creativity and human potentialities. In I. Greenberg (Ed.), *Psychodrama: theory and therapy* (pp.73-84). New York: Behavioral Publications. (Obra original publicada em 1966)

- Maroco, J. (2010). *Análise estatística com utilização do SPSS*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Morais, E. (2001). *Maus tratos físicos a crianças* (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2001). Recuperado em 5 abril, 2012, de <http://hdl.handle.net/10400.12/708>.
- Moreira, J. (1994). *Vidas encarceradas: estudo sociológico de uma prisão masculina*. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.
- Nodin, N. (2002). *Sexualidade de A a Z*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Pereira, A. (2006). *Guia prático de utilização do SPSS – análise de dados para ciências sociais e psicologia* (6ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Prentky, R., Burgess, A., Rokous, F., Lee, A., Hartman, C., & Ressler, R. (1989). The presumptive role of fantasy in serial homicide, *American Journal of Psychiatry*, 146, 887-891.
- Ross, F. (2003). *Understanding perversion in clinical practice: structure and strategy in the psyche* (pp.59-82). London: Karnac.
- Salgado, J. (1996). Desejabilidade social e construtivismo: dos retratos às máscaras. In L. Almeida, S. Araújo, M. Gonçalves, C. Machado, & M. Simões (Orgs.), *Avaliação psicológica: formas e contextos* (Vol. IV, pp. 93-100). Braga: Apport.
- Serafim, A., Saffi, F., Rigonatti, S., Casoy, I., & Barros, D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36 (3), 101-111.
- Shaughnessy, J., Zechmeister E., & Zechmeister, J. (2005). *Research Methods in Psychology* (7th ed.). New York: McGraw Hill

6. ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____,
número _____ de identificação no estudo
_____, declaro que aceito participar no
trabalho de investigação com arguidos/condenados acompanhados pela Direção Geral dos
Serviços Prisionais, no Estabelecimento Prisional de Lisboa.

Declaro que autorizo o I.S.PA. – Instituto Universitário a utilizar os meus dados apenas para
efeitos de investigação científica, desde que respeitando a confidencialidade e anonimato dos
mesmos.

Declaro que compreendi todas as condições relativas à participação neste trabalho de
investigação.

Lisboa, ___ de _____ de _____.

(O Participante)

ANEXO B – COMPLEMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Tabela 1 – Distribuição da idade na amostra.

Anos de Idade	Não Reclusos		Reclusos abusadores sexuais de menores		Reclusos não abusadores sexuais		Totais	
	n	fr (%)	N	fr (%)	n	fr (%)	N	fr(%)
≤ 20	0	0,00	1	3,33	1	3,33	2	2,22
21 a 30	12	40,00	6	20,00	22	73,33	40	44,44
31 a 40	9	30,00	10	33,33	7	23,33	26	28,88
41 a 50	9	30,00	8	26,67	0	0,00	17	18,88
> 50	0	0,00	5	16,67	0	0,00	5	5,55
Totais	30	33,33	30	33,33	30	33,33	90	100

Tabela 2 – Distribuição das habilitações literárias na amostra.

Habilitações Literárias	Não reclusos		Reclusos abusadores sexuais de menores		Reclusos não abusadores sexuais		Totais	
	n	fr (%)	N	fr (%)	n	fr (%)	N	%
≤ 4º ANO	0	0,00	3	10,00	1	3,33	4	4,44
Básico	2	6,67	20	66,67	20	66,67	42	46,67
Secundário	8	26,67	7	23,33	9	30,00	24	26,67
Licenciatura	18	60,00	0	0,00	0	0,00	18	20,00
> Licenciatura	2	6,67	0	0,00	0	0,00	2	2,22
							90	100

Tabela 3 - Pressuposto de normalidade das variáveis dependentes para *anova one-way*.

Condição experimental		Shapiro-Wilk		
		Estatística	g.l.	P
SAI-R	Não Reclusos	,946	30	0,136
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,942	30	0,101
	Reclusos não abusadores sexuais	,978	30	0,766
Impulsividade	Não Reclusos	,971	30	0,574
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,977	30	0,729
	Reclusos não abusadores sexuais	,971	30	0,577
Total NEO-FFI	Não Reclusos	,970	30	0,550
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,967	30	0,471
	Reclusos não abusadores sexuais	,986	30	0,949
Neuroticismo	Não Reclusos	,953	30	0,204
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,950	30	0,174
	Reclusos não abusadores sexuais	,964	30	0,386
Extroversão	Não Reclusos	,978	30	0,778
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,947	30	0,144
	Reclusos não abusadores sexuais	,978	30	0,781
Conscienciosidade	Não Reclusos	,939	30	0,086
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,953	30	0,202
	Reclusos não abusadores sexuais	,978	30	0,763
Abertura à experiência	Não Reclusos	,954	30	0,221
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,963	30	0,370
	Reclusos não abusadores sexuais	,971	30	0,578
Amabilidade	Não Reclusos	,950	30	0,168
	Reclusos abusadores sexuais de menores	,978	30	0,762
	Reclusos não abusadores sexuais	,964	30	0,395

Tabela 4 - Pressuposto da homogeneidade de variâncias para *anova one-way*.

Test of Homogeneity of Variance

		Estatística de Levene	1g.l.	2g.l.	<i>P</i>
SAI-R	Based on Mean	1,027	2	87	0,362
	Based on trimmed mean	,914	2	87	0,405
Impulsividade	Based on Mean	1,360	2	87	0,262
	Based on trimmed mean	1,398	2	87	0,252
Total NEO-FFI	Based on Mean	3,071	2	87	0,051
	Based on trimmed mean	3,015	2	87	0,054
Neuroticismo	Based on Mean	1,013	2	87	0,367
	Based on trimmed mean	1,051	2	87	0,354
Extroversão	Based on Mean	1,676	2	87	0,193
	Based on trimmed mean	1,710	2	87	0,187
Conscienciosidade	Based on Mean	2,491	2	87	0,089
	Based on trimmed mean	2,447	2	87	0,092
Abertura à experiência	Based on Mean	,150	2	87	0,861
	Based on trimmed mean	,156	2	87	0,856
Amabilidade	Based on Mean	1,263	2	87	0,288
	Based on trimmed mean	1,242	2	87	0,294

Tabela 5 - Resultados do teste *anova one-way* para os 3 grupos amostrais na hipótese 1.1.

ANOVA

		Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado da média	F	<i>P</i>
SAI-R	Between Groups	1081,400	2	540,700	11,503	0,000**
	Within Groups	4089,500	87	47,006		
	Total	5170,900	89			
Impulsividade	Between Groups	49,400	2	24,700	1,751	0,180
	Within Groups	1227,000	87	14,103		
	Total	1276,400	89			
Total NEO-FFI	Between Groups	1,748	2	,874	21,383	0,000**
	Within Groups	3,556	87	,041		
	Total	5,304	89			
Neuroticismo	Between Groups	,482	2	,241	1,247	0,292
	Within Groups	16,798	87	,193		
	Total	17,279	89			
Extroversão	Between Groups	1,877	2	,938	7,926	0,001**
	Within Groups	10,300	87	,118		
	Total	12,177	89			
Conscienciosidade	Between Groups	5,548	2	2,774	28,540	0,000**
	Within Groups	8,455	87	,097		
	Total	14,003	89			
Abertura à experiência	Between Groups	1,626	2	,813	7,073	0,001**
	Within Groups	10,001	87	,115		
	Total	11,627	89			
Amabilidade	Between Groups	8,574	2	4,287	28,212	0,000**
	Within Groups	13,220	87	,152		
	Total	21,794	89			

Tabela 6 – Resultados do teste *post hoc de Scheffé* para a hipótese 1.1.

Multiple Comparisons

Scheffe

Variável Dependente	(I) condição experimental	(J) condição experimental	Diferença de médias (I-J)	Erro padrão	P	95% Intervalo de confiança	
						Lower Bound	Upper Bound
SAI-R	Lib	Rec Ab	8,30000*	1,77023	,000**	3,8912	12,7088
		Rec N Ab	2,60000	1,77023	,345	-1,8088	7,0088
	Rec Ab	Lib	-8,30000*	1,77023	,000**	-12,7088	-3,8912
		Rec N Ab	-5,70000*	1,77023	,007**	-10,1088	-1,2912
	Rec N Ab	Lib	-2,60000	1,77023	,345	-7,0088	1,8088
		Rec Ab	5,70000*	1,77023	,007**	1,2912	10,1088
Impulsividade	Lib	Rec Ab	-,30000	,96965	,953	-2,7149	2,1149
		Rec N Ab	-1,70000	,96965	,221	-4,1149	,7149
	Rec Ab	Lib	,30000	,96965	,953	-2,1149	2,7149
		Rec N Ab	-1,40000	,96965	,357	-3,8149	1,0149
	Rec N Ab	Lib	1,70000	,96965	,221	-,7149	4,1149
		Rec Ab	1,40000	,96965	,357	-1,0149	3,8149
Total NEO-FFI	Lib	Rec Ab	-,07947	,05220	,319	-,2095	,0505
		Rec N Ab	-,32723*	,05220	,000**	-,4572	-,1972
	Rec Ab	Lib	,07947	,05220	,319	-,0505	,2095
		Rec N Ab	-,24777*	,05220	,000**	-,3778	-,1178
	Rec N Ab	Lib	,32723*	,05220	,000**	,1972	,4572
		Rec Ab	,24777*	,05220	,000**	,1178	,3778
Neuroticismo	Lib	Rec Ab	-,17777	,11345	,298	-,4603	,1048
		Rec N Ab	-,06940	,11345	,830	-,3520	,2132
	Rec Ab	Lib	,17777	,11345	,298	-,1048	,4603
		Rec N Ab	,10837	,11345	,635	-,1742	,3909
	Rec N Ab	Lib	,06940	,11345	,830	-,2132	,3520
		Rec Ab	-,10837	,11345	,635	-,3909	,1742
Extroversão	Lib	Rec Ab	,21943	,08884	,052*	-,0018	,4407
		Rec N Ab	-,13053	,08884	,344	-,3518	,0907
	Rec Ab	Lib	-,21943	,08884	,052*	-,4407	,0018
		Rec N Ab	-,34997*	,08884	,001**	-,5712	-,1287
	Rec N Ab	Lib	,13053	,08884	,344	-,0907	,3518
		Rec Ab	,34997*	,08884	,001**	,1287	,5712

Conscienciosidade	Lib	Rec Ab	,02103	,08049	,966	-,1794	,2215
		Rec N Ab	-,51583*	,08049	,000**	-,7163	-,3154
	Rec Ab	Lib	-,02103	,08049	,966	-,2215	,1794
		Rec N Ab	-,53687*	,08049	,000**	-,7373	-,3364
	Rec N Ab	Lib	,51583*	,08049	,000**	,3154	,7163
		Rec Ab	,53687*	,08049	,000**	,3364	,7373
Abertura à experiência	Lib	Rec Ab	-,21947*	,08754	,048*	-,4375	-,0014
		Rec N Ab	-,32230*	,08754	,002**	-,5403	-,1043
	Rec Ab	Lib	,21947*	,08754	,048*	,0014	,4375
		Rec N Ab	-,10283	,08754	,504	-,3209	,1152
	Rec N Ab	Lib	,32230*	,08754	,002**	,1043	,5403
		Rec Ab	,10283	,08754	,504	-,1152	,3209
Amabilidade	Lib	Rec Ab	-,15833	,10065	,295	-,4090	,0923
		Rec N Ab	-,71940*	,10065	,000**	-,9701	-,4687
	Rec Ab	Lib	,15833	,10065	,295	-,0923	,4090
		Rec N Ab	-,56107*	,10065	,000**	-,8117	-,3104
	Rec N Ab	Lib	,71940*	,10065	,000**	,4687	,9701
		Rec Ab	,56107*	,10065	,000**	,3104	,8117

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

Lib – indivíduos em liberdade.

Rec Ab – reclusos abusadores sexuais de menores.

Rec N Ab – reclusos não abusadores sexuais.

Tabela 7 – Dimensão do efeito das diferenças entre grupos, na hipótese 1.1.

Measures of Association

	<i>Eta</i>	<i>Eta Squared</i>
Espontaneidade * condição experimental	,457	,209*
Impulsividade * condição experimental	,197	,039
Total NEO-FFI * condição experimental	,574	,330**
Neuroticismo * condição experimental	,167	,028
Extroversão * condição experimental	,393	,154*
Conscienciosidade * condição experimental	,629	,396**
Abertura à experiência * condição experimental	,374	,140*
Amabilidade * condição experimental	,627	,393**

**dimensão do efeito elevada

*dimensão do efeito média

Tabela 8 – Dados dos grupos formados para hipótese 1.2.

Não Reclusos versus Reclusos		Espontaneidade	Impulsividade	Neuroticismo	Extroversão	Conscienciosidade	Abertura	Amabilidade
Grupo Não Reclusos	Média	65,67	23,53	1,89	2,38	2,43	1,91	1,88
	N	30	30	30	30	30	30	30
	Desvio Padrão	5,93	2,98	0,34	0,29	0,26	0,32	0,35
	Máximo	78,00	30,00	2,42	3,08	3,21	2,58	2,83
	Mínimo	56,00	16,00	1,25	1,75	2,00	1,25	1,17
Grupo Reclusos	Média	60,22	24,53	2,01	2,33	2,68	2,18	2,32
	N	60	60	60	60	60	60	60
	Desvio Padrão	7,76	4,11	0,48	0,41	0,43	0,35	0,49
	Máximo	76,00	34,00	3,08	3,25	3,64	3,08	3,25
	Mínimo	39,00	16,00	0,83	1,25	1,93	1,25	1,17
Total	Média	62,03	24,20	1,97	2,35	2,59	2,09	2,17
	N	90	90	90	90	90	90	90
	Desvio Padrão	7,622	3,79	0,44	0,37	0,40	0,36	0,49
	Máximo	78,00	34,00	3,08	3,25	3,64	3,08	3,25
	Mínimo	39,00	16,00	0,83	1,25	1,93	1,25	1,17

Tabela 9 - Dimensão do efeito das diferenças na hipótese 1.2.

Measures of Association

	<i>Eta</i>	<i>Eta Squared</i>
Espontaneidade * Não Reclusos vs Reclusos	,339	,115*
Impulsividade * Não Reclusos vs Reclusos	,125	,016
Total NEO-FFI * Não Reclusos vs Reclusos	,395	,156*
Neuroticismo * Não Reclusos vs Reclusos	,133	,018
Extroversão * Não Reclusos vs Reclusos	,057	,003
Conscienciosidade * Não Reclusos vs Reclusos	,296	,087*
Abertura * Não Reclusos vs Reclusos	,355	,126*
Amabilidade * Não Reclusos vs Reclusos	,420	,177*

*dimensão do efeito média

Tabela 10 – Dados descritivos dos grupos formados para a hipótese 1.3.

		N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Espontaneidade	Abusadores sexuais de menores	30	57,37	7,74	39,00	68,00
	Não abusadores sexuais	60	64,37	6,45	48,00	78,00
Impulsividade	Abusadores sexuais de menores	30	23,83	4,08	16,00	34,00
	Não abusadores sexuais	60	24,38	3,66	16,00	33,00
Neuroticismo	Abusadores sexuais de menores	30	2,07	,47	,83	2,92
	Não abusadores sexuais	60	1,92	,42	1,17	3,08
Extroversão	Abusadores sexuais de menores	30	2,16	,33	1,25	2,67
	Não abusadores sexuais	60	2,44	,36	1,58	3,25
Conscienciosidade	Abusadores sexuais de menores	30	2,41	,30	1,93	3,29
	Não abusadores sexuais	60	2,69	,40	2,00	3,64
Abertura à experiência	Abusadores sexuais de menores	30	2,13	,36	1,25	3,08
	Não abusadores sexuais	60	2,08	,36	1,25	3,08
Amabilidade	Abusadores sexuais de menores	30	2,04	,40	1,17	2,92
	Não abusadores sexuais	60	2,24	,53	1,17	3,25

Tabela 11 - Dimensão do efeito das diferenças na hipótese 1.3.

	<i>Eta</i>	<i>Eta Squared</i>
Espontaneidade * Abusadores vs Não abusadores	,435	,190*
Impulsividade * Abusadores vs Não abusadores	,069	,005
Neuroticismo * Abusadores vs Não abusadores	,154	,024
Extroversão * Abusadores vs Não abusadores	,365	,133*
Conscienciosidade * Abusadores vs Não abusadores	,333	,111*
Abertura à experiência * Abusadores vs Não abusadores	,076	,006
Amabilidade * Abusadores vs Não abusadores	,193	,037

*dimensão do efeito média

Tabela 12 – Resultados das correlações entre as variáveis em estudo, Hipótese 1.5.

Correlações

		Espontaneidade	Impulsividade	Neuroticismo	Extroversão	Conscienciosidade	Abertura à experiência	Amabilidade
Espontaneidade	Pearson Correlation	1	,081	-,079	,371**	,228*	,031	,183
	Sig. (2-tailed)		,449	,458	,000	,031	,771	,084
Impulsividade	Pearson Correlation	,081	1	,231*	,145	,042	,218*	,176
	Sig. (2-tailed)	,449		,029	,174	,691	,039	,098
Neuroticismo	Pearson Correlation	-,079	,231*	1	-,057	,083	,159	,072
	Sig. (2-tailed)	,458	,029		,591	,434	,134	,497
Extroversão	Pearson Correlation	,371**	,145	-,057	1	,216*	,186	,390**
	Sig. (2-tailed)	,000	,174	,591		,041	,080	,000
Conscienciosidade	Pearson Correlation	,228*	,042	,083	,216*	1	,160	,371**
	Sig. (2-tailed)	,031	,691	,434	,041		,132	,000
Abertura à experiência	Pearson Correlation	,031	,218*	,159	,186	,160	1	,404**
	Sig. (2-tailed)	,771	,039	,134	,080	,132		,000
Amabilidade	Pearson Correlation	,183	,176	,072	,390**	,371**	,404**	1
	Sig. (2-tailed)	,084	,098	,497	,000	,000	,000	

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).